

A RAZÃO NEOLIBERAL E OS LIMITES
DA DEMOCRACIA LIBERAL NO BRA-
SIL: A NECROPOLÍTICA DE BOLSONA-
RO E AS R-EXISTÊNCIAS INDÍGENAS

**THE NEOLIBERAL REASON AND THE LIMITS OF
LIBERAL DEMOCRACY IN BRAZIL: BOLSONARO'S
NECROPOLITICS AND INDIGENOUS R-EXISTEN-
CES**

Marcos Catelli Rocha

A RAZÃO NEOLIBERAL E OS LIMITES DA DEMOCRACIA LIBERAL NO BRASIL: A NECROPOLÍTICA DE BOLSONARO E AS R-EXISTÊNCIAS INDÍGENAS⁷⁸

Marcos Catelli Rocha⁷⁹

RESUMO

O artigo analisa algumas ações relacionadas à gestão ambiental e indigenista no governo de Jair Bolsonaro, correlacionando essas ações ao quadro de crise da democracia liberal nos marcos do capitalismo neoliberal e à necropolítica. O intervalo de análise abrange de forma predominante o período do governo Bolsonaro (2019-2022). Mesmo frente aos desafios provocados pela crise climática global e o aparente consenso mundial da necessidade de conservação das florestas, tem se observado o aumento de pressões e ameaças às terras indígenas e unidades de conservação alcançando todos os biomas do território nacional, com destaque para a Amazônia. Para embasar a pesquisa qualitativa, foram utilizadas notícias publicadas na imprensa, além de artigos e outras publicações relacionados. A Análise Crítica do Discurso foi a metodologia utilizada para discutir a influência do discurso “Bolsonarista” no quadro de agravamento das tensões socioambientais no país. O trabalho também buscou trazer reflexões e o contraponto acerca das r-existências e lutas do movimento indígena e socioambiental para reverter esse quadro de emergência. Não foi só com armas que a máquina de guerra da necropolítica de Bolsonaro atuou, também ela ocorreu no campo simbólico, na omissão, no desmonte, na desregulamentação e incentivo a atividades predatórias. Essas foram outras formas de atuação indireta fomentadas pelo discurso e prática do mandatário da nação, visando à eliminação dos “indesejáveis” e minorias.

PALAVRAS-CHAVE: Governo Bolsonaro, Crise da Democracia, Necropolítica.

⁷⁸ O autor agradece a revisão atenciosa e relevantes sugestões realizadas pelo co-orientador Prof. Dr. Carlos Walter Porto-Gonçalves (*in memoriam*), pelo orientador Prof. Dr. Marcos Montysuma e pela colega Dra. Ivon Natalia Cuervo Fernandez.

⁷⁹ Doutorando no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas na Universidade Federal de Santa Catarina (PPGICH/UFSC). Mestre em Agroecossistemas na UFSC, área de desenvolvimento rural estudando o crédito rural em uma cooperativa de crédito da agricultura familiar. Graduado em Engenharia Florestal pela Universidade Estadual Paulista (UNESP - Botucatu). marcos.catelli@gmail.com

THE NEOLIBERAL REASON AND THE LIMITS OF LIBERAL DEMOCRACY IN BRAZIL: BOLSONARO'S NECROPOLITICS AND INDIGENOUS R-EXISTENCES

ABSTRACT

The article analyzed some actions related to environmental and indigenous management in Jair Bolsonaro's government, correlating these actions to the crisis of liberal democracy within the framework of neoliberal capitalism and necropolitics. The range of analysis predominantly covered the period of the Bolsonaro government (2019-2022). Even in the face of the challenges caused by the global climate crisis and the apparent global consensus on the need to conserve forests, there has been an increase in pressure and threats to indigenous lands and conservation units reaching all biomes of the national territory, especially the Amazon. The qualitative research was based on news published in the press, as well as articles and other related publications. Critical Discourse Analysis was the methodology used to discuss the influence of the "Bolsonaro" discourse on the worsening socio-environmental tensions in the country. The work also sought to provide reflections and a counterpoint on the r-existences and struggles of the indigenous and socio-environmental movement to reverse this emergency. Bolsonaro's necropolitical war machine has not only acted with weapons, but also in the symbolic field, through omission, dismantling, deregulation and encouraging predatory activities. These were other forms of indirect action fostered by the discourse and practice of the nation's president, aimed at eliminating "undesirables" and minorities.

KEYWORDS: Bolsonaro Government, Crisis of Democracy, Necropolitics

Introdução

O artigo analisa algumas ações relacionadas à gestão ambiental e indigenista no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro correlacionando essas ações ao quadro de crise da democracia liberal nos marcos do capitalismo neoliberal e à necropolítica. O intervalo de análise de tais ações governamentais abrange de forma predominante o período do governo Bolsonaro (2019-2022), com algumas poucas referências ao período eleitoral de 2018 e também a acontecimentos relevantes do mês de janeiro de 2023 após sua derrota à reeleição. E para embasar a pesquisa qualitativa de caráter descritivo, são utilizadas notícias publicadas na imprensa, além de artigos e outras publicações relacionados à temática deste trabalho. As ações/omissões que são objeto de análise deste artigo, não correspondem a uma ordem cronológica dos fatos. Mas foram reunidas por seleção intencional do autor, segundo o critério de relevância do tema conectado ao problema de pesquisa.

Com uma ideologia de extrema direita e resultado de uma articulação de setores conservadores da sociedade brasileira, representados, dentre outros, pelas oligarquias rurais, o fundamentalismo religioso, pelos militares e os neoliberais; além de tributário de pautas vinculadas ao endurecimento da segurança pública e o combate à corrupção, o capitão reformado do exército e ex-deputado federal por 7 mandatos, Jair Messias Bolsonaro, se elege nas atípicas eleições de 2018, para ocupar o cargo mais importante do executivo federal no Brasil.

O quadro político e econômico que possibilitou essa vitória é resultado de um complexo cenário, o qual não será objeto de aprofundamento neste artigo, mas que envolve múltiplos fatores, como: a crise econômica e da democracia liberal num contexto mais amplo, o desgaste do sistema político brasileiro, os casos de corrupção envolvendo os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), a opera-

ção lava-jato⁸⁰ e culminando com o golpe parlamentar (jurídico-midiático) de 2016 que afastou sob justificativa de crime de responsabilidade, a presidente reeleita no pleito de 2014, Dilma Rousseff (PT).

Mesmo com uma campanha eleitoral recheada de fake-news⁸¹ e um programa de governo vago, Bolsonaro foi favorecido pelo contexto de criminalização da política e do anti-petismo disseminado em grande parcela da população inflamada pelo contexto jurídico-midiático, que associou Estado e política à corrupção e que proporcionou a narrativa perfeita para adesão do ex-deputado ao movimento da “nova política⁸²”. O que, junto com a retórica autoritária, moralista e de costumes, se articulou a uma agenda clara de destruição de conquistas democráticas pós-constituição de 1988, ao eleger o ambientalismo e as minorias: indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais como inimigos do desenvolvimento nacional. As prioridades dessa agenda empolgaram setores da sociedade brasileira, que operam de forma predatória, ao revés da legislação, dos instrumentos de controle estatal e tratados internacionais de direitos humanos.

80 A operação lava-jato foi uma controversa investigação de corrupção iniciada em 2014 pela Polícia Federal e que revelou uma série de crimes cometidos por políticos de diferentes partidos (principalmente do PT) e construtoras, envolvendo sobretudo a Petrobras. Com o tempo, a operação caiu em descrédito devido à comprovada parcialidade e conluio entre os agentes envolvidos na acusação dos envolvidos. Mais informações disponíveis em: <https://www.dw.com/pt-br/entenda-a-opera%C3%A7%C3%A3o-lava-jato/g-18251506>, acesso em 12 out 2023.

81 O termo traduzido, notícias falsas, que entendemos tratar-se de mentira, faz parte de um contexto mais complexo de manipulação da informação e da pós-verdade (CESARINO, 2020), potencializado com a popularização da internet e o uso das redes sociais. O qual tem sido usado de forma genérica para descrever um quadro variado de desinformação e que tem sido uma potente estratégia política utilizada por grupos que manipulam dados e informações a seu favor a fim de construir narrativas e “teorias” que moldem a opinião pública (MERCURI, 2023; WARDLE; DERAKHSHAN, 2017), de acordo com um sentido que se quer dar. O foco está em disseminar o medo e criar um pânico social, recorrendo a temas polêmicos (MACHADO; MISKOLCI, 2019).

82 A “nova política” foi mais uma das bravatas que não duraram muito tempo no governo do ex-capitão. Quando começaram os primeiros desafios de governabilidade e ameaças de *impeachment*, o presidente se rendeu ao centrão (bloco de partidos fisiológicos do Congresso Nacional), inclusive se filiando ao Partido Liberal (PL) no início de 2022, planejando a reeleição e negociando cargos e emendas em troca de estabilidade política no parlamento. Ou, em linguagem popular, o famoso “toma-lá-da-cá”, outrora criticado pelo próprio presidente e apoiadores. Esse processo foi facilitado pelo uso do orçamento secreto, para mais informações sobre este último, ver: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/11/09/entenda-o-que-e-o-orcamento-secreto-em-disputa-entre-stf-e-camara.htm>.

Muitas águas rolaram desde as eleições de 2018 e os arroubos autoritários do ex-ocupante do palácio do Planalto e seus asseclas, por vezes evidenciaram as contradições e a fragilidade institucional da jovem e conturbada democracia brasileira⁸³. Nesse percurso alcançamos o momento da “violência bruta, sem disfarces” (BRONZ; ZHOURI; CASTRO, 2020). No plano internacional, as premissas do desenvolvimento sustentável e, no plano nacional, a proposta política do neo-desenvolvimentismo dos governos petistas, foi o percurso construído por meio da violência lenta viabilizada pela proposta de consenso político, escamoteando o conflito e interesses distintos de classes sociais no país (LASCHEFSKI; ZHOURI, 2019). Para Bronz; Zhouri; Castro (2020, p. 20) a utopia do consenso e da negociação, em que todos ganham, “cede lugar ao antiambientalismo e ao anti-indigenismo explícitos, que se fazem sentir não apenas pelas políticas de desregulação, mas pelo desmanche das instituições constitutivas do próprio Estado”.

O governo federal reforçou o projeto neocolonial⁸⁴ ao escolher a perspectiva do colonizador, tripudiando os direitos indígenas e o conhecimento ance-

83 Exemplos desse cenário, são relacionados ao desmonte e ataque sem precedentes à ciência, educação e cultura, à participação social na elaboração e monitoramento de políticas públicas, às políticas de direitos humanos (TAFFAREL; NEVES, 2019; AZEVEDO, 2019), dentre outras áreas que tiveram reviravoltas na orientação política e que foram agravadas com a péssima gestão do governo na pandemia de Covid-19 (AMARAL, 2020; APIB, 2020; SILVA, 2020; CALIL, 2021). Além de repetidos ataques à imprensa, buscando desacreditar o contraditório e fortalecer a sua narrativa (Presidente Bolsonaro) sobre os temas do governo e do país.

84Um conceito que contribui para a compreensão das marcas do período colonial que seguem presentes até hoje em nossa organização social é o que Casanova (2006) denomina de colonialismo interno. O autor argumenta que os processos de independência, sobretudo na América Latina, não se desenvolveram em um marco decolonial, pelo contrário, as situações de exploração cultural, epistêmica e econômicas seguem ocorrendo em articulação de governos com setores da classe dominante dos países da região, como observado no período Bolsonaro. O projeto de Estado-nação que nasceu com a independência das colônias europeias trouxe consigo um projeto “ideal” de nação que correspondeu a uma homogeneização de diferentes povos, comunidades e culturas. Maiores informações ver (BARBOSA; PORTO-GONÇALVES, 2014).

tral dos povos originários na histórica relação com as florestas e com os recursos naturais. Assim, mesmo frente aos desafios provocados pela crise climática global e o aparente consenso mundial da necessidade de conservação das florestas, tem-se observado nos últimos anos o aumento de pressões e ameaças às terras indígenas e unidades de conservação (UC) alcançando todos os biomas do território nacional, com destaque para a Amazônia, maior floresta tropical do mundo e que abriga significativa diversidade cultural e biológica, contando com mais de 98% das Terras Indígenas (TIs) do país (OVIEDO; BATISTA; SANTOS, 2023).

No intuito de discutir algumas medidas adotadas pelo governo passado, sob a luz do que indicam as contribuições teóricas no campo das ciências humanas, a Análise Crítica do Discurso (ACD) foi a metodologia utilizada para elaboração deste estudo. Este método busca definir um quadro analítico capaz de mapear conexões entre relações de poder e recursos discursivos acessíveis a pessoas ou grupos sociais, e materializados em eventos discursivos (RESENDE, 2017). Desse modo, busca-se discutir a influência do discurso “Bolsonarista” no quadro de agravamento das tensões socioambientais no país. Para Magalhães (2001, p.17) “o discurso é o uso da linguagem como forma de prática social, implicando em modo de ação e modo de representação”.

O presente artigo reflete as inquietações de um pesquisador da área ambiental e indigenista, que ingressou no curso de doutorado no segundo ano do governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro. O qual sempre fez questão de se apresentar como inimigo declarado dos povos indígenas, ao ponto de afirmar em discurso de campanha: "Se eu assumir a Presidência do Brasil não terá mais um centímetro para terra indígena"⁸⁵. A pesquisa acadêmica foi uma forma encontrada para refletir sobre os pontos de conflito nas perspectivas de “estar no mun-

⁸⁵Algumas manifestações do ex-presidente acerca dos povos indígenas, disponíveis em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/balaio-do-kotscho/2022/06/17/politica-de-governo-o-que-bolsonaro-ja-disse-sobre-povos-indigenas-e-funai.htm>, acessada em 03 mar. 2024.

do”, valorizando as r-existências⁸⁶ e contribuições das populações historicamente subalternizadas.

Este artigo está estruturado em quatro partes. As duas iniciais introduzem e qualificam o problema de pesquisa. Na primeira, busca-se caracterizar a razão neoliberal e aspectos da agenda ambiental do governo Bolsonaro na perspectiva do colonialismo-neocolonialismo, discutindo os limites da democracia liberal. A segunda foca na necropolítica e o negacionismo do governo junto às ameaças aos direitos dos povos indígenas, a partir da crise gerada pela conjuntura política nacional e agravada com a pandemia de Covid-19. O terceiro tópico trata das reflexões acerca das r-existências⁷ e lutas do movimento indígena e socioambiental para reverter esse quadro. Na última parte do trabalho, são discutidos aspectos relacionados à conformação de forças na sociedade e as perspectivas frente ao contexto político.

A razão neoliberal, o colonialismo/neo, a gestão ambiental do governo Bolsonaro e os limites da democracia liberal no Brasil

Desde a década de 1980, conforme o neoliberalismo foi se impondo como a versão dominante do capitalismo, este foi se subordinando cada vez mais à lógica do setor financeiro e o mundo tem enfrentado um estado de crise permanente (SANTOS, 2020). No Brasil, desde a crise recente da Nova República, a pactuação entre neoliberalismo e militarismo recebeu novo destaque no cenário político nacional (ANDRADE, 2021). Ao entrar novamente de cabeça no neoliberalismo, o Brasil aumentou a dependência de tecnologia e capitais externos, se

⁸⁶ Porto-Gonçalves (2006, p. 165), avalia que os processos de r-existência de populações tradicionais na América Latina agem entre duas lógicas, resistir/existir, representando “uma forma de existir, uma determinada matriz de racionalidade que age nas circunstâncias, inclusive reage, a partir de um lugar próprio, tanto geográfico como epistêmico”.

desindustrializou, retomando uma racionalidade colonial (SCATIMBURGO, 2022).

Antes do início do governo, como demonstração da sua perspectiva colonialista e neoliberal sobre a gestão dos “recursos naturais”, Bolsonaro já pretendia realizar a extinção do Ministério do Meio Ambiente (MMA), fundindo este com a pasta da Agricultura, na qual almejava colocar “um fim na indústria das multas, bem como levar harmonia ao campo”⁸⁷. Após grande pressão da sociedade, essa fusão não aconteceu, porém, enfraqueceu a atuação do órgão, o que é exemplificado pela baixa execução orçamentária da pasta, a mais baixa realizada por um presidencialista desde o ano 2000. O orçamento federal executado para proteção do meio ambiente saiu de R\$ 3,3 bi em 2019 para R\$ 2,7 bi em 2022 (INESC, 2022; 2023). Como exemplo dessa lógica de atuação, o desmatamento e queimadas nos biomas brasileiros (sobretudo Amazônia⁸⁸, Cerrado e Pantanal), chamaram a atenção de especialistas e da opinião pública nacional e internacional.

O desmonte da gestão ambiental operado pelo governo Bolsonaro foi iniciado sob a tutela do primeiro titular da pasta, o ex-ministro Ricardo Salles (2019-2021)⁸⁹, obedecendo à lógica neoliberal e caracterizando a preservação do meio ambiente, os regramentos e a legislação ambiental como entraves ao desenvolvimento e a eficiência do mercado. Esse peso do fator econômico sobres-

⁸⁷ O pagamento das multas por crimes ambientais nos estados da Amazônia Legal, despencaram em 93% nos dois primeiros anos do governo Bolsonaro, comparados aos quatro anos anteriores (RAJÃO et al, 2021).

⁸⁸ O governo Bolsonaro produziu um indicador eficiente de seu projeto anti-ambiental: sua gestão terminou com um aumento de 59,5% da taxa de desmatamento na Amazônia em relação aos quatro anos anteriores (governos Dilma 2 e Temer). A média anual sob Bolsonaro foi de 11.396 km², contra 7.145 km² no período de quatro anos anterior (2015-2018). Foi a maior alta percentual num mandato presidencial desde o início das medições por satélite, em 1988. Segundo dados de estimativa para área desmatada do Prodes, foram derrubados 11.568 km² na Amazônia de agosto de 2021 a julho de 2022, área equivalente à da Jamaica. Em meio ao aumento do desmate em 2021, houve o menor número de multas em décadas e uso de somente 41% do orçamento disponível para fiscalização. As terras públicas concentraram 51% do desmatamento no último triênio, sendo 83% dessas de domínio federal (OBSERVATÓRIO DO CLIMA, 2023; 2022a; IPAM, 2022).

⁸⁹ O ex-ministro Salles comandou a pasta do meio ambiente por quase 2 anos e saiu do governo em meio a investigações da operação Akuanduba da Polícia Federal, sobre a suposta participação dele e de outros servidores do MMA e Ibama em um esquema de exportação ilegal de madeira da Amazônia.

salente aos outros campos da atividade humana e da política, marca de forma geral, um processo mais amplo de transição do “governo dos homens” da sociedade disciplinar de Foucault, com seus sujeitos de obediência, para a sociedade do desempenho, o “governo de si” ou a “empresa de si mesmo” (HAN, 2016). Esse cenário apresenta desafios para a coletividade, como os apontados por Dardot e Laval (2016, p. 375):

A questão central que se coloca ao governo dos indivíduos é saber como programar os indivíduos o quanto antes para que essa injunção à superação ilimitada de si mesmo não descambe em comportamentos excessivamente violentos e explicitamente delituosos; é saber como manter uma “ordem pública” quando é preciso incitar os indivíduos ao gozo, evitando ao mesmo tempo a explosão da desmedida. A “gestão social” do desempenho corresponde precisamente a este imperativo governamental.

Perante este cenário de transição, como realizar a “gestão social do desempenho” em governos autoritários que fomentam o neoliberalismo como estratégia política e econômica e uma retórica e ações segregacionistas e violentas contra as minorias e povos indígenas? Esse contexto, corrobora com o pensamento de um célebre filósofo contemporâneo, que vislumbra tais relações fazendo parte de um jogo longo e mortal. Para ele: “O principal choque da primeira metade do século XXI não será entre religiões ou civilizações. Será entre a democracia liberal e o capitalismo neoliberal, entre o governo das finanças e o governo do povo, entre o humanismo e o niilismo⁹⁰”.

Nessa mesma perspectiva e incluindo mais elementos a esse quadro de transformações paradigmáticas que atravessa o século XXI, Agamben (2012) complementa que:

90 MBEMBE, Achille. "A era do humanismo está terminando". Trad. port. André Langer. Mail & Guardian, 22.12.2016. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/564255-achille-mbembe-a-era-do-humanismo-esta-terminando>. Acesso em 20 jan 2021.

As formas da política por nós conhecidas – o Estado nacional, a soberania, a participação democrática, os partidos políticos, o direito internacional – já chegaram ao fim da sua história. Elas continuam vivas como formas vazias, mas a política tem hoje a forma de uma “economia”, a saber, de um governo das coisas e dos seres humanos. A tarefa que nos espera consiste, portanto, em pensar integralmente, de cabo a cabo, aquilo que até agora havíamos definido com a expressão, de resto pouco clara em si mesma, “vida política”.

O ex-ministro Salles, na famosa e famigerada reunião ministerial de 22 de abril de 2020 defendeu que: "precisa ter um esforço nosso aqui, enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só se fala de Covid, e ir passando a boiada, e mudando todo o regramento [ambiental], e simplificando normas"⁹¹. Essa frase evidencia e resume bem os interesses que estão por trás e sustentaram o desmonte da política, da gestão ambiental, dos canais de participação da sociedade civil, dos órgãos de comando e controle dos ilícitos ambientais. Paulo Guedes, ministro da economia no governo Bolsonaro, representando o Brasil no Fórum Econômico de Davos na Suíça em 2020, não deixou por menos e afirmou que: “O pior inimigo do meio ambiente é a pobreza. As pessoas destroem o meio ambiente porque precisam comer”. Apesar do ex-ministro identificar a pobreza como o “grande inimigo do meio ambiente”, ao invés de atacar o problema, buscou de forma preconceituosa e racista responsabilizar os pobres pela degradação ambiental (PORTO-GONÇALVES, 2020). Contudo, essa premissa do ex-ministro não se comprova, como foi notório perceber pelo emblemático estrago provocado no “Dia do

91 Mais informações disponíveis em: https://www.youtube.com/watch?v=BWDemNNM-beU&ab_channel=BBCNewsBrasil, acessado em 16 dez. 2022.

fogo”, organizado por fazendeiros no estado do Pará⁹², no primeiro ano de gestão do ex-presidente Bolsonaro.

Quanto à política indigenista ou “anti-indigenista”, o relatório produzido pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) em parceria com a Indigenistas Associados (INA)⁹³ aponta o desmonte operado na Fundação Nacional do Índio (FUNAI) sob a gestão Bolsonaro. O documento denuncia o assédio institucional no órgão e a pulverização do aparato burocrático por meio de múltiplas estratégias: a destruição das agências especializadas, a supressão de recursos para a temática indígena e a perseguição a servidores de carreira e a sua substituição por profissionais (sobretudo militares) sem experiência alguma com a política indígena.

Na perspectiva de Agamben (2011), muitas contradições permeiam as instituições e as formas da política legitimadas na democracia liberal, seja no Brasil, mas também em outras partes do globo. Contudo, será que para elas se manterem vivas (mesmo que vazias) e visando o aprofundamento do saque e da pilhagem nos países periféricos, o projeto autoritário com viés colonial não é a melhor opção para atender a elite econômica e política? O poeta e político Aimé Césaire (2020, p.27) contribuiu na reflexão sobre as mazelas do colonialismo europeu iniciado nos séculos XV e XVI, o qual evidentemente hoje, possui outros contornos, mas que carrega muitas semelhanças com algumas práticas atuais:

92 Trata de um evento ocorrido em agosto de 2019 na região do Novo Progresso (PA), “em que uma série coordenada de incêndios florestais provocou, em apenas um dia, um salto de 300% dos focos de queimadas, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Dias depois, a fumaça chegou à cidade de São Paulo, a mais de dois mil quilômetros de distância, e transformou o dia em noite”. Maiores informações disponíveis em: <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/o-dia-do-fogo-nunca-acabou-na-amazonia>, acesso em 22 ago. 2022.

93 Disponível em: <https://www.inesc.org.br/fundacao-anti-indigena-um-retrato-da-funai-sob-o-governo-bolsonaro/>, acesso em 27 ago. 22. Maiores informações sobre a política indigenista ou “anti-indigenista” no livro “Povos Indígenas no Brasil 2017-2022” disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/publicacoes-isa/povos-indigenas-no-brasil-2017-2022-2a-ed>, acesso em 05 mar. 2024.

Entre colonizador e colonizado só há lugar para o trabalho forçado, para a intimidação, para a pressão, para a polícia, para o tributo, para o roubo, para a violação, para a cultura imposta, para o desprezo, para a desconfiança, para o silêncio dos cemitérios, para a presunção, para a grosseria, para as elites descerebradas, para as massas envilecidas. Nenhum contato humano, somente relações de dominação e de submissão, que transforma o homem colonizador em vigilante, em suboficial, em feitor, em anteparo, e ao homem nativo em instrumento de produção.

Quijano (2005), argumenta que na América Latina e Caribe “O fim do colonialismo não significou o fim da colonialidade”. No caso, os países da região se acomodaram a essa “nova geopolítica da segunda moderno-colonialidade, subordinando a nossa geografia econômica à divisão internacional do trabalho como região exportadora de matérias primas agrícolas e minerais, reproduzindo internamente a colonialidade com relação às populações originárias e às de origem africanas” (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 37).

Alguns autores latino-americanos, denominam esse processo de conformação da economia mundial como extrativismo⁹⁴, ou neoextrativismo (GUDYNAS, 2009; SVAMPA, 2016), o qual é caracterizado como uma modalidade de acumulação que começou a ser estruturada em grande escala desde a conquista e colonização da América, África e Ásia. O extrativismo teve diferentes características ao longo dos séculos, mas se conservou como mecanismo de saque e apropriação colonial e neocolonial, de forma constante na vida econômica social e política de muitos países do sul Global. Apesar da diversidade de situações, todos os países da América Latina são constituídos por esse mecanismo de apro-

⁹⁴No Brasil, o termo extrativismo é utilizado em outro contexto, geralmente associado ao convívio equilibrado do homem e seu meio. Na perspectiva crítica a este padrão de desenvolvimento predatório, o termo extrativismo é utilizado para tratar de atividades que removem grandes volumes de recursos naturais não processados (ou processados parcialmente) e que se destinam sobretudo a exportação (DILGER; PEREIRA FILHO, 2016). O neoextrativismo é “uma inserção internacional subordinada e funcional à globalização do capitalismo transnacional. Não apenas mantém, mas avança com a “fragmentação territorial, com áreas relegadas e enclaves extrativos associados aos mercados globais”. Consolida e, “em alguns casos, agrava os impactos sociais e ambientais dos setores extrativos (GUDYNAS, 2009, apud ACOSTA, 2016, p. 66).

priação e a dependência da metrópole – da extração e exportação de matérias-primas – conserva-se a mesma até a atualidade (ACOSTA, 2016).

Esse cenário se torna mais complexo frente às ameaças à democracia liberal perpetrada por governos autoritários como foi o de Jair Bolsonaro, que atuou para “acabar com todo tipo de ativismo no país”⁹⁵. Segato (2018, p. 5) avalia que, “se a democracia não tiver como deontologia irreduzível a defesa do pluralismo não será democracia, mesmo que represente a vontade da maioria”. Achille Mbembe (2017), aprofundando a crítica acerca da política sob a base do capitalismo neoliberal, vislumbra “que os conflitos vão se agudizar e as estratégias de negociação não serão suficientes para repactuações. Assim, a política se resumirá a uma constante guerra mal depurada, uma guerra de classe que recusa sua própria natureza: uma guerra contra os pobres, racial contra as minorias, de gênero contra as mulheres, religiosa contra os muçulmanos, uma guerra contra os deficientes”⁹⁶, eis o contexto desafiador para a convivência em sociedade nessa fase do capitalismo neoliberal, sintetizada pelo autor no conceito da necropolítica.

Necropolítica e negacionismo: a diversidade de vida e culturas na mira do Bolsonarismo

O Bolsonarismo⁹⁷ é o movimento articulado sob o espectro emocional, anti-racional, anti-ciência que aglutina em si todos os setores da sociedade brasileira destacados anteriormente, com destaque para a direita militar tradicional,

95 Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=MjUg2iydfzU&ab_channel=BandJornalismo, acessado em 16 dez. 2022.

96 Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/186-noticias/noticias-2017/564255-achille-mbembe-a-era-do-humanismo-esta-terminando>, acessado em 02 jun. 2022.

97 Bolsonarismo é um neologismo criado para aglutinar correntes ideológicas e políticas da nova direita conservadora (CESARINO, 2019) que formaram a aliança que amparou o governo Bolsonaro. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-brasileira/a-alianca-que-sustenta-o-governo-bolsonaro/>. Acessado em 02 jun. 22.

presente em diversos postos do governo⁹⁸, o que simbolicamente representou uma “ameaça constante de golpe pelas armas” (ROSÁRIO, 2020, p. 42). A cultura política do bolsonarismo segue a lógica da guerra⁹⁹ e a cultura da morte que acompanha, para Nobre (2020, p. 12): “É uma política da morte que considera conversa-fiada a ideia de que a disputa política se faz sobre um terreno comum compartilhado e compartilhável”. Nessa perspectiva, Mbembe (2018, p. 71) propõe a noção de necropolítica e necropoder para:

Dar conta das várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, as armas de fogo são dispostas com o objetivo de provocar a destruição máxima de pessoas e criar “mundos da morte”, formas únicas e novas de existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de “mortos-vivos”. Sublinhei igualmente algumas das topografias recalcadas de crueldade (plantation e colônia, em particular).

O conceito elaborado por Mbembe (2018) é inovador do ponto de vista teórico, pois ele propõe uma mudança na maneira com que são praticadas as noções de soberania e poder, que passam a ser organizadas a partir da premissa de quem pode viver e quem pode morrer. Para Kayser (2019, p. 2) “o autoritarismo político surge como princípio que articularia neoliberalismo com as necropolíticas”. A necropolítica se articula ao quadro de crise institucional do sistema-mundo moderno-colonial (MIGNOLO, 2003), sendo o capitalismo neoliberal o conceito político-econômico que o legitima.

Analisando a necropolítica, racismo e políticas de morte no Brasil, Wer-muth; Marcht; Mello (2020): apontam a seletividade das intervenções das insti-

⁹⁸ Durante o governo Bolsonaro, os militares voltaram a participar ativamente da vida política nacional, usados como fórmula mágica para resolver todos os problemas nacionais. Sua gestão foi responsável por elevar em 70% a presença de militares em cargos de natureza civil na administração federal. Mais informações disponíveis em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11211/1/NT_Presenca_de_militares_Publicacao_Preliminar.pdf, acesso em 02 jun. 22.

⁹⁹ Durante o governo Bolsonaro, os militares voltaram a participar ativamente da vida política nacional, usados como fórmula mágica para resolver todos os problemas nacionais. Sua gestão foi responsável por elevar em 70% a presença de militares em cargos de natureza civil na administração federal. Mais informações disponíveis em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11211/1/NT_Presenca_de_militares_Publicacao_Preliminar.pdf, acesso em 02 jun. 22.

tuições policiais do Estado brasileiro, que elegem como “inimigos” a população negra pauperizada, geralmente das periferias das grandes cidades, representando resquícios de um racismo estrutural vinculado ao longo e violento período da escravidão no país. Caudatário desse processo, Bolsonaro promoveu o confronto e a ilegalidade aprofundando as contradições do malfadado “mito da democracia racial” no Brasil, ao elogiar a atuação de polícias em ações desproporcionais ou chacinas cometidas em comunidades da periferia do Rio de Janeiro e em outras regiões do país. No governo Bolsonaro, o racismo foi usado como estratégia para o aprofundamento da negação da vida, da violação dos territórios quilombolas, indígenas e tradicionais (GÓMEZ; CORREA; ALVES, 2021). Alvarenga; Junior (2019) apontam que está ocorrendo no país o recrudescimento do autoritarismo e violência legitimados durante a ditadura militar (1964-1985).

Bolsonaro sempre teve muita nostalgia com esse período da história política nacional e seu governo reacendeu teorias conspiratórias, de que existem interesses de outros países e ONGs estrangeiras em recursos minerais nas terras ocupadas pelos índios e que essas inviabilizam o desenvolvimento do país. E em razão disso, defendem que o governo não cumpra seu dever constitucional de demarcar TIs, podendo inclusive, rever terras que já foram demarcadas. Segundo Mbembe (2018, p. 59), esse modo de governabilidade, da necropolítica, se distingue do comando colonial, pois: “As técnicas de policiamento e disciplina, além da escolha entre obediência e simulação que categorizou o potentado colonial e pós-colonial, estão gradualmente sendo substituídas por uma alternativa mais trágica, dado o seu extremismo”.

E também quando enalteceu e incentivou a exploração de minério e o garimpo em terra indígena, elegendo o garimpeiro, o fazendeiro, o empresário como heróis e os indígenas, quilombolas, dentre outros povos e comunidades tradicionais como selvagens que precisam ser “integrados” à sociedade ou como

mão-de-obra das atividades ilegais e predatórias ou arrendando suas terras para produção de commodities agrícolas que irão beneficiar o agronegócio (RAMOS, 2021). As ameaças também vieram do legislativo federal, em forma de Projetos de Lei (PL) e Emendas Constitucionais anti-indígenas capitaneadas principalmente pelas bancadas “ruralista” e da “mineração”, que se aproveitaram do momento político favorável.

Exemplo desse cenário foi um conjunto de iniciativas legislativas, que em março de 2022 receberam a designação de “Pacote da Destruição” ou “PLs da morte”, “PLs do Genocídio”; “PLs do Ecocídio”, codinomes dados por organizações indígenas e ambientalistas como forma de dar visibilidade ao ataque perpetrado via projetos de lei patrocinados pelo poder executivo. Dentre os projetos propostos, destacam-se: (OBSERVATORIO CLIMA, 2022b):

- PL 6.299/2002, apelidado de “Pacote do Veneno”¹⁰⁰ o qual pretende destruir o arcabouço regulatório de agrotóxicos no Brasil, se tratando “de um conjunto de medidas que têm a mesma pretensão: jogar mais veneno no nosso solo, no ar, na água e nos alimentos” (FRIEDRICH et al, 2021, p.3).

- PLs 2.633/2020 e 510/2021, apelidados de “PL da Grilagem”. Tratam do tema da regularização fundiária ou de “promoção da invasão de terras públicas”, o objetivo da aprovação dos PLs é “estender os direitos de pequenos proprietários a grileiros e latifundiários, que invadiram terras públicas e desmataram ilegalmente” (BRITO, 2021).

- PL 3.729/2004 trata do licenciamento ambiental e foi denominado de “Nova Lei Geral do Licenciamento Ambiental”. O objetivo do PL é “restringir as avali-

¹⁰⁰ Se não bastasse o fato de que desde 2008 o Brasil é o maior mercado individual de agrotóxico do mundo, o governo Bolsonaro trabalhou arduamente na liberação indiscriminada de agrotóxicos, que bateram recorde no seu governo, com 2.182 agrotóxicos liberados entre 2019 e 2022, o maior número de registros para uma gestão presidencial desde 2003. Mais informações em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2023/02/04/bolsonaro-liberou-2182-agrotoxicos-em-4-anos-recorde-para-um-governo-desde-2003.ghtml>, acesso em 12 out de 2023. Nesse contexto de liberação geral, surge o PL 6.299. Mais informações disponíveis em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/10/bolsonaro-liberou-1-629-agrotoxicos-em-1-158-dias-de-governo>. Acesso em 27 ago. de 2022.

ações de impactos sobre o licenciamento de empreendimentos, contribuindo para um processo de facilitação na concessão da licença ambiental¹⁰¹”

Quanto aos projetos que atacam de forma direta os direitos indígenas, o PL 490/2007 é considerado uma das piores ameaças, pois pretende realizar alterações no processo de demarcação de Terras Indígenas (TIs), dificultando a demarcação de mais de 800 TIs que sequer foram reconhecidas pelo governo brasileiro. De forma geral, a proposta inviabiliza a demarcação de terras indígenas e abre as terras demarcadas para os mais diversos empreendimentos econômicos, como agronegócio, mineração, construção de hidrelétricas, além de viabilizar a legalização automática de garimpos ilegais nas TIs. O PL também admite a retomada de "reservas indígenas" pela União com base em critérios imprecisos e aplica a tese do “marco temporal”¹⁰² a todas as demarcações de TIs (OBSERVATÓRIO, 2022b; CIMI, 2021; APIB, 2021).

Outra ameaça direta aos direitos indígenas, trata do Projeto de Lei sobre a mineração em terras indígenas (PL 191/2020), apresentado no começo de 2020 pelo governo Bolsonaro ao Congresso Nacional, o qual pretende definir “condições específicas para a pesquisa e lavra de recursos minerais, inclusive a lavra garimpeira e petróleo e gás, e geração de energia hidrelétrica em terras indígenas”. Esse PL foi uma prioridade do governo desde que assumiu o executivo, contradizendo a Constituição Federal e o direito internacionalmente reconhecido à autodeterminação dos povos indígenas garantido pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o projeto visa liberar a mineração em TIs, usurpando o poder dos povos originários de decidir sobre esta, ou outra ati-

101 Rede de Pesquisadores em Geografia (Socio)Ambiental, GT ECOLUTAS. Mais informações disponíveis em: <https://drive.google.com/file/d/1zDgIf1Xy6RfkC3mOO-gxXGKyfbKMtzo9/view>. Acesso em: 22 jun. 2022.

102 Marco temporal foi a tese utilizada pelo STF no julgamento para homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (Roraima) em 2009. De forma geral, na Constituição Federal vislumbrada por agentes do agronegócio, a tese do marco temporal se estenderia para todas as terras indígenas e “cancelaria os direitos territoriais expressos no artigo 231 da Constituição daqueles povos indígenas que não estivessem nas suas terras em 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição” (CARNEIRO DA CUNHA, 2021, p. 25).

vidade em seus territórios. Além de autorizar o plantio de sementes transgênicas, a construção de hidrelétricas, a pecuária, e projetos de petróleo e de gás (APIB; AMAZON WATCH, 2022).

O líder Kayapó, Megaron Txucarramãe expõe de forma sintética a gravidade do PL para os povos indígenas: “A gente tá lutando contra esse projeto. Espero que os parlamentares entendam isso. Não é só floresta, terra, rio. Nosso costume, nossa cultura e nosso futuro acaba¹⁰³”. O PL 191/20 contou com inúmeras manifestações contrárias¹⁰⁴ e não havia avançado no legislativo. Porém, no início de 2022, a câmara dos deputados aprovou o requerimento do líder do governo, deputado Ricardo Barros (PP-PR) para tramitação em regime de urgência do PL, mesmo com grande manifestação contrária realizada fora do congresso nacional, que ocorreu simultaneamente à votação do requerimento. O pedido do governo foi fundamentado em razão da guerra entre Rússia e Ucrânia e na necessidade ou “oportunidade”¹⁰⁵ de abertura dos territórios tradicionais visando a exploração de potássio para produção de fertilizantes e abastecimento do agro-negócio.

No entanto, as informações disponíveis contradizem o ex-presidente, evidenciando que praticamente todos os depósitos conhecidos, ou com potencial, estão fora das terras indígenas. De acordo com um levantamento realizado pelo Instituto Socioambiental (ISA)¹⁰⁶ os requerimentos para extração de sais de po-

103 Entrevista disponível em: <https://observatoriodamineracao.com.br/apos-pessao-do-movimento-indigena-e-recuo-do-mercado-pl-191-fica-no-congelador/>. Acesso em 07 jul. 2022.

104 Carta do movimento indígena contra o PL 191/2020. Disponível em: <https://apiboficial.org/2022/04/05/alerta-congresso-atl-2022-lanca-carta-aberta-contr-o-pl-191-da-frente-parlamentar-das-organizacoes-indigenas/>. Acessado em 06 jul. 2022. Também merece destaque as seguintes manifestações: ACNUDH - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos; IBRAM - Instituto Brasileiro de Mineração; 6CCR/MPF - Câmara de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Ministério Público Federal.

105 Durante uma entrevista Bolsonaro afirmou que a guerra entre os 2 países era uma oportunidade para avançar o PL 191 e abrir os territórios indígenas à exploração mineral. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-diz-que-brasil-se-destroi-por-nao-permitir-garimpo-em-terras-indigenas/>. Acesso em 02 jul. de 2022.

106 Disponível em: <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-ppds/bolsonaro-mente-sobre-potassio-em-terras-indigenas>. Acessado em 03 jul. 2022.

tássio no interior das TIs representam apenas 1,6% das jazidas requeridas para exploração. Para outro ingrediente utilizado nos fertilizantes, o fosfato, os pedidos representam somente 0,4% do total de jazidas requeridas na Agência Nacional de Mineração (ANM). Assim, fica evidente a manipulação dos fatos pelo presidente da república para legitimar a exploração dos territórios indígenas, cujo objetivo real é a legalização da garimpagem clandestina de metais preciosos, sobretudo o ouro, no que está sendo denominado de “Nova corrida do ouro na Amazônia” caracterizada pelo:

Aumento da demanda por um ativo seguro em tempos de crise econômica como por uma conjuntura política favorável ao garimpo, é um movimento de risco. Risco para a transparência da origem do ativo financeiro e sobretudo para as áreas protegidas da Amazônia, sejam elas terras indígenas ou unidades de conservação (ESCOLHAS, 2020, p.17).

Em 2022, a área minerada no Brasil foi de 442 mil ha, com o garimpo ocupando 52% dessa área, sendo que 94% das áreas de garimpo estão na Amazônia. Neste mesmo ano, mais de 25 mil hectares em Terras Indígenas e de 78 mil hectares em Unidades de Conservação foram tomados pelo garimpo, o que significa que 39% da área garimpada no Brasil estava dentro de uma TI (24,4%) ou UC (75,5%). A evolução da atividade ilegal demonstra sintonia com o projeto político que se estabeleceu no país, pois a área garimpada em TIs em 2022, que representa 25.243 hectares, foi 265% maior do que a 5 anos atrás, com um aumento de 16 mil ha¹⁰⁷.

Durante a última década (2010 a 2020), a área de garimpos dentro de terras indígenas cresceu 495%, um pouco acima da expansão dessas áreas em unidades de conservação, que registraram 301% no mesmo período. No ano de

107 Projeto MapBiomias – Mapeamento anual de cobertura e uso da terra no Brasil entre 1985 a 2022 – Coleção 8, acessado em 12 out. 2023, através do link: https://brasil.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/4/2023/09/MapBiomias-FACT_Minerao_21.09.pdf.

2020, 9,3% da área de garimpo do Brasil ocorreu dentro de áreas indígenas¹⁰⁸.

Em 2021, o Amazônia Minada¹⁰⁹ identificou 2.478 requerimentos minerários ativos sobrepostos a 261 terras indígenas no sistema da ANM. Esses pedidos estão em nome de 570 mineradoras, associações de mineração e grupos internacionais que requerem explorar uma área de 10,1 milhões de hectares. Quase metade dos pedidos (1.085) são para prospectar ouro (APIB; AMAZON WATCH, 2022). O mineral ainda responde por cerca de 85% (92.756 hectares) da área de garimpo no país¹¹⁰.

A aprovação do PL 191 pode afetar 863 mil km² e causar a perda de 162 mil km² de florestas na Amazônia, correspondendo a um prejuízo de US\$ 5 bilhões anualmente em produção de matérias-primas, alimentos e regulação do clima (SIQUEIRA-GAY et al, 2020). De 2017 a 2020 a taxa de desmatamento ilegal em áreas de mineração cresceu mais de 90%, atingindo mais de 100 km² no ano de 2020 em comparação com 52 km² em 2017. O desmatamento ligado à mineração na Amazônia já aumentou 62% em 2021, em relação a 2018, ano da eleição de Bolsonaro para a presidência do Brasil (APIB; AMAZON WATCH, 2022; SIQUEIRA-GAY; SÁNCHEZ, 2021). Além de impulsionar o desmatamento e a degradação da floresta, a mineração e o garimpo contaminam as águas, os solos e contribuem na deterioração da saúde de diversos povos indígenas¹¹¹ e comunidades tradicionais que habitam a região. Pesquisa recente estima

108 Projeto MapBiomias – Mapeamento da superfície de mineração industrial e garimpo no Brasil - Coleção 6, acessado em 04 jul. 2022, através do link: https://mapbiomas-br-site.s3.amazonaws.com/Fact_Sheet_1.pdf.

109 Disponível em: <https://minada.infoamazonia.org/>, acessado em 11/10/2023.

110 Projeto MapBiomias – Mapeamento anual de cobertura e uso da terra no Brasil. Destaques do mapeamento anual de mineração no Brasil - 1985 a 2022: o avanço garimpeiro na Amazônia – Coleção 8, acessado em [14/07/22] através do link: [https://brasil.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/4/2023/09/MapBiomias-FACT_Minerao_21.09.pdf]

111 Além da proliferação de casos de malária e de outras doenças infectocontagiosas, a contaminação principal causada pelo garimpo ilegal de ouro que afeta as populações tradicionais ocorre nos rios, devido ao mercúrio utilizado para extrair ouro do minério (VEGA, 2018). Estudos da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) já evidenciaram “a contaminação drástica por mercúrio dos indígenas Yanomami, em Roraima, e nos Munduruku, no Pará” (APIB; AMAZON WATCH, 2022, p. 19). Maiores informações sobre a contaminação do garimpo, disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/plataforma-sobre-mercurio-e-garimpo-na-regiao-pan-amazonica-foi-lancada->

que o ouro ilegal explorado entre 2019 e 2020 tenha causado um prejuízo socioambiental no valor médio de R\$ 31,4 bilhões (MANZOLLI et al, 2021).

As maiores áreas de garimpo em Terras Indígenas estão em território Kayapó, Munduruku e Yanomami, que possuíam mais de 22 mil hectares invadidos pela mineração¹¹². A nova corrida do ouro afrontou principalmente os povos Yanomami¹¹³ e Munduruku, que vivenciaram dias de angústia e indignação. No caso Yanomami ao perderem duas crianças afogadas, depois de serem sugadas por uma draga em 2021, além das denúncias violência, estupros e assédio de crianças e mulheres indígenas por parte dos garimpeiros e do sumiço de uma comunidade inteira que habita a TIY no ano de 2022. Sem falar na tragédia humanitária que escandalizou o mundo em janeiro de 2023 e evidenciou o desprezo do governo passado com esse povo indígena¹¹⁴, que fez com que o novo governo eleito decretasse estado de emergência em saúde na TIY.

No caso dos Munduruku¹¹⁵, de 2019 a 2021, a área devastada pelo garimpo em suas TIs aumentou 363% em relação a 2018, e desde esse ano as associações e lideranças indígenas contrárias à mineração vêm sofrendo represálias e ameaças de morte. Suas terras foram invadidas com garimpeiros armados atirando e incendiando casas de lideranças indígenas contrários ao garimpo. “A mineração e o garimpo são atividades primárias, que tem raízes ainda no princípio da invasão colonial e, até hoje, segue trazendo morte e devastação aos povos indí-

na-ultima-terca e <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/mal-invisivel/>. Acessado em 14 jul. 2022.

112 Idem, nota 25.

113 O garimpo registrou crescimento de 3.350% durante o período de 2016 a 2020 na TIY, com destaque para o recrudescimento assustador da violência contra os indígenas. Maiores informações da gravidade da situação: (HUTUKARA; WANASSEDUUME YE'KWANA, 2022; KOPENAWA; ALBERT, 2019; CIMI, 2023).

114 Disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/o-que-voce-precisa-saber-para-entender-crise-na-terra-indigena-yanomami>, acesso em 12 out. de 2023.

115 Maiores informações: <http://emdefesadosterritorios.org/wp-content/uploads/2021/04/Resumo-Executivo-4.pdf>; <https://site-antigo.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/garimpo-na-terra-indigena-munduruku-cresce-363-em-2-anos-aponta-levantamento-do-isa>; <https://reporterbrasil.org.br/2021/07/quem-esta-por-tras-do-lobby-pelo-garimpo-ilegal-de-ouro-nas-terras-dos-munduruku/>.

genas” (APIB; AMAZON WATCH, 2022, p.10; HUTUKARA; WANASSE-DUUME YE’KWANA, 2022).

Diante disso, é evidente que essas tensões ocorrem no Brasil muito antes do governo Bolsonaro, além do garimpo, destaque para as grandes obras de infraestrutura na Amazônia, como a emblemática construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, durante os governos “progressistas” de Lula e Dilma. Porém, o governo de Bolsonaro promoveu um cenário de instabilidade jurídica ou “laissez-faire na sociedade civil (no seu sentido amplo), liberta de quaisquer limites legais” (BARRETO FILHO, 2020 p. 7) e a ameaça de conflitos se agravaram com um aliado dos garimpeiros e inimigo declarado do meio ambiente, dos direitos indígenas no comando da nação. Na esteira desse movimento revisionista da constituição federal e impulsionados pelas iniciativas do ex-presidente Bolsonaro, os deputados estaduais de Roraima aprovaram no começo de 2021, a Lei 1.453, a qual regulamenta o licenciamento do garimpo no estado¹¹⁶.

A liderança indígena Alessandra Munduruku sintetiza o cenário que envolveu a articulação e aliança de alguns setores da sociedade com o ex-presidente da república em torno do garimpo ilegal em territórios indígenas: “Políticos, empresários e garimpeiros pensam que podem fazer o que quiserem só porque o presidente Bolsonaro é favorável ao garimpo”¹¹⁷. Para SEGATO (2018, p. 10), o desenvolvimento desse cenário na América Latina, somado ao patrimonialismo constitutivo das “repúblicas crioulas” pode conformar um “estado de donos”, pois:

A reprimarização da produção, a megamineração, a agricultura extrativista são os correlatos do regime absolutista do mercado e da fusão do poder político com a propriedade, disso resulta a agressão ao ser hu-

116 Devido à inconstitucionalidade da lei estadual, o STF vetou a lei em 2021, mais informações sobre a aprovação da lei: <https://cimi.org.br/2021/02/deputados-estaduais-governo-roraima-passam-boiada-licenciamento-ambiental-garimpo/>, acessado em 26/02/2021.

117 Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2021/07/quem-esta-por-tras-do-lobby-pelo-garimpo-ilegal-de-ouro-nas-terras-dos-munduruku/>. Acesso em 20 jul. 2022.

mano e ao seu meio em forma extrema, sem deixar mais que restos ao final. Intempérie progressiva da vida, venda de tudo e reserva de segurança exclusiva para os proprietários e os controladores dos mecanismos de estado. Radicalização do despejo, etnocídio, genocídio e conquistualidade.

Nessa lógica de desmonte dos mecanismos e estrutura de controle, apropriação privada de bens públicos e promoção da violência contra os povos originários, um cenário que se destacou são os indícios de aproximação de facções do crime organizado em áreas afetadas sobretudo pelo garimpo ilegal de ouro na Amazônia¹¹⁸ (HUTUKARA; WANASSEDUUME YE'KWANA, 2022) assim como também em áreas vinculadas à exploração ilegal de madeira (WAISBICH et al, 2022) e pesca. Segundo pesquisador do IMAZON¹¹⁹, "O garimpo na Amazônia nunca está sozinho: ele abre caminho a outras atividades ilegais na floresta. Onde aparece garimpo, também ocorre exploração da madeira, invasão, pecuária nas bordas e assim por diante". A mineração é uma das atividades mais letais para defensores do meio ambiente no Brasil, com 722 casos de conflito e 17 mortos em 2020 (APIB; AMAZON WATCH, 2022).

Ampliando a análise para o contexto dos conflitos que ocorreram no campo brasileiro, a atuação do governo Bolsonaro (e militares), comprovaram a dimensão de sua política de morte, já que os números de conflitos ocorridos durante este governo são os maiores de toda a série histórica registrada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) desde 1985. No trecho abaixo, Porto-Gonçalves et al (2022, p. 88) discutem o aumento do número de conflitos desde a ruptura política em 2016 e a intensificação de conflitos após a eleição de Bolsonaro para a presidência da República:

118 Essa aproximação entre o tráfico de drogas e o garimpo está sendo chamado de narcogarimpo, maiores informações disponíveis em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2022/04/12/O-que-%C3%A9-o-narcogarimpo.-E-como-ele-atinge-os-ind%C3%ADgenas>. Acesso em 24 jul. 2022.

119 Beto Veríssimo, do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON). Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2020/12/06/mineracao-na-amazonia-bate-recordes-de-desmate-nos-ultimos-dois-anos-e-avanca-sobre-areas-de-conservacao.ghtml>. Acessado em 24 jul. 2022.

Tal padrão de altíssima conflitividade, radicalizado nos últimos três anos, faz-se notar explicitamente quando observamos as médias anuais de ocorrências de conflito relativas tanto ao primeiro período considerado (2011-2014) como ao período de ruptura política (2015-2021). Para que se tenha uma ideia, de 2015 a 2021 a média anual de ocorrências de conflitos no campo foi de 1.674 - um aumento de 23% em relação ao período anterior, de 2011 a 2014, quando a média anual foi de 1.364 ocorrências. Ao compararmos os dados do subperíodo de 2015 a 2018 (impeachment/Governo Temer) e do subperíodo de 2019 a 2021 (Governo Bolsonaro), observa-se a intensificação da dinâmica conflitiva no campo característica ao período do atual governo. Enquanto no primeiro subperíodo tivemos uma média de 1.497 ocorrências/ano, no segundo (Governo Bolsonaro) registrou-se uma média anual de 1.908 ocorrências, ou seja, um aumento de 28%.

Em 2022, 34 assassinatos ocorreram no campo brasileiro, um número que supera em 76% o registrado em 2021. Esse aumento da violência colocou o país na segunda posição no ranking mundial em número de assassinatos de ativistas ligados a causas ambientais, sendo que 1 em cada 5 mortes ocorreram na Amazônia¹²⁰. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (CIDH/ONU) também manifestou preocupação com o processo que estava em curso no país, o qual “tem favorecido as ocupações ilegais das terras ancestrais, encorajado atos de violência contra suas lideranças e comunidades indígenas, e autorizado a destruição ambiental de seus territórios” (CIDH, 2021, p. 30). Esses dados comprovam a influência do discurso do presidente e o clima de conflito que se instalou no país, já que o objeto de estudo da Análise Crítica do Discurso (ACD):

São os aspectos discursivos da mudança social contemporânea. Dessa forma, o discurso é entendido como elemento integrantes do mundo social, constituindo esse mundo, além de ser constituído por ele. Para a ACD as relações sociais estão baseadas na noção de poder, especialmente na noção de dominação. O discurso é então simultaneamente instrumento de dominação e de mudança (MAGALHÃES, 2001, p.27).

120 GLOBAL WITNESS. Standing firm: The Land and Environmental Defenders on the frontlines of the climate crisis. 2023. Disponível em: <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/standing-firm/> Acesso em 12 out. 2023.

Dessa forma, com um desprezo anunciado e a ação deliberada contra a vida das pessoas (especialmente os povos indígenas), o governo federal sustentado pelos setores vinculados à “economia da destruição”, (latifundiários, grileiros, garimpeiros, empresários) têm demonstrado a força devastadora contra os povos do campo e das florestas (CPT, 2022). Como resultado da necropolítica bolsonarista, a lista de vítimas foi ficando cada vez mais numerosa, incluindo o assassinato de indígenas de diferentes povos e culminando com o evento que escancarou ao mundo o cenário de risco aos povos originários e ativistas no Brasil, além de entrega da Amazônia ao crime organizado. Trata-se do brutal assassinato ocorrido em junho de 2022 no Vale do Javari-AM, do indigenista Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips¹²¹.

Outra frente de promoção do conflito como estratégia política do governo Bolsonaro foi a tese do armamento da população, sob o lema de Bolsonaro: “Povo armado jamais será escravizado” e operacionalizado por meio da publicação de mais de 30 atos normativos (decretos, portarias e resoluções) para flexibilização da posse e do porte de armas, contrariando o que pensa a maioria da população brasileira¹²². Durante seu governo o número de pessoas com certificado de registro de Caçador, Atirador e Colecionador (CAC) cresceu 7 vezes, passando de 117,5 mil em 2018, para cerca de 783 mil registros em 2022¹²³. Como previsto por especialistas, outra consequência da facilitação no acesso a armas de

121 O indigenista era servidor público da FUNAI e estava licenciado do órgão indigenista, pois devido à sua atuação em defesa dos direitos indígenas, foi exonerado em 2019 do cargo de Chefia Coordenação-Geral de Índios Isolados e de Recente Contato (CGIIRC). Ele estava trabalhando para a União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (UNIJAVA) e já havia recebido ameaças de morte por parte de madeireiros, garimpeiros e pescadores. Outro servidor da FUNAI foi assassinado em 2019, evidenciando o clima de tensão na região. Nessa viagem o indigenista estava acompanhando o jornalista Phillips, que era colaborador do jornal britânico The Guardian e estava percorrendo a região para registrar os acontecimentos e finalizar seu livro, que tinha como infeliz coincidência o título “Como salvar a Amazônia?”. Mais informações sobre o caso disponíveis em: <https://apublica.org/2022/06/nada-esta-descartado-o-que-diz-o-delegado-que-preside-o-inquerito-sobre-bruno-e-dom/>. Acesso em 26 jul. 2022.

122 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/05/datafolha-7-em-cada-10-rejeitam-ideia-de-que-armas-trazem-mais-seguranca.shtml>, acesso em 27 jul. 22.

123 Anuário de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>, acesso em 12 out. 23.

fogo é o desvio de armas regularizadas para utilização do crime organizado¹²⁴. Atualmente, existem mais armas de fogo em poder de particulares (4,4 milhões) do que em estoques institucionais de órgãos públicos (polícias civis, federal, rodoviária federal e guardas municipais, além de instituições como Tribunais de Justiça e Ministério Público)¹²⁵. Destaque para a violência na Amazônia Legal, já que um terço das cidades mais violentas do país estão na região, onde a taxa de violência letal é 38% superior à média nacional¹²⁶.

Essas “prioridades” do governo Bolsonaro, na alimentação da “guerra interna” chamaram atenção, sobretudo, por ocorrerem durante a pandemia de Covid-19 que tirou a vida de mais de 696 mil brasileiros, até janeiro de 2023¹²⁷. Caponi (2020) destaca a estratégia negacionista¹²⁸ empregada pelo governo, a qual menosprezou as medidas recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), difundiu tratamento precoce sem comprovação científica e ainda dificultou o acesso da população às vacinas, como foi possível observar na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI da Covid). Uma pesquisa realizada ao longo do ano de 2020, levantou 3.049 normas federais e 4.427 normas estaduais relativas à Covid-19, com o intuito de avaliar o seu impacto sobre os direitos humanos (CEPEDISA/FSP/USP, 2021). O estudo revelou a existência de uma estratégia institucional de propagação do Coronavírus, promovida pelo governo federal

124 Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/investigacoes-mostram-como-politica-de-bolsonaro-arma-o-pcc/>, acesso em 27 jul. 2022.

125 Anuário de Segurança Pública de 2022, disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=4>. Acesso em 27 jul. de 22.

126 Apesar da redução de mortes violentas intencionais (MVI) na região Norte (2,7% a menos) e no país (2,4%), a taxa de MVI nas cidades da Amazônia legal é 54% superior ao resto do país (Anuário de Segurança Pública, 2023).

127 Disponível em: https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html, acesso em 27 jul. 22.

128 A negação na perspectiva da psicanálise funciona como um mecanismo de defesa, que se manifesta pela renúncia em admitir que um evento ocorreu. “A negação tem um componente inconsciente, mas também pode ter um elemento consciente significativo, com o intuito de simplesmente “fazer vista grossa” para uma situação desconfortável”. Disponível em: <http://www.abc.org.br/2019/07/05/o-governo-e-o-desmatamento-a-negacao-como-mecanismo-de-defesa/>, acessado em 26 fev. 21.

sob a liderança do ex-presidente Jair Bolsonaro. Confirmando o argumento deste trabalho, BRONZ, ZHOURI, CASTRO (2020 p. 9) indicam que a pandemia:

Potencializou os efeitos provocados pelas políticas em curso, agora amplificadas em suas constantes ofensivas contra os princípios constitucionais, o que nos alça a uma condição de “crise do Estado democrático de direito”. São políticas que parecem desenhadas para deixar morrer ou mesmo produzir a morte de diferentes grupos e sujeitos sociais – trabalhadores, povos indígenas, comunidades tradicionais – e dos seus ambientes de vida nas cidades, nos campos e nas florestas.

Harvey (2005) propõe o conceito de acumulação via espoliação, o qual contribui para compreender essa relação existente entre o neoliberalismo e a violência ambiental contra os povos indígenas. Esse modo de acumulação busca incorporar ao mercado áreas não utilizadas, expropriando terras de uso comum para exploração privada de recursos naturais, promovendo a destruição de habitat, a privatização de serviços públicos, biopirataria. Segundo o autor, a acumulação por espoliação tem levado a batalhas políticas e sociais, além de diversos processos de resistência ao redor do globo, os quais precisam encontrar formas de ir além das pautas locais e se conectarem para fazer frente a esses mecanismos de pilhagem.

R-existências indígenas em curso

Para além do papel exercido pelas florestas tropicais para regulação climática e equilíbrio ecossistêmico em escala global, elas são refúgio e abrigo ancestral para muitos povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais. A importância histórica dos povos originários para a formação e promoção da biodiversidade das florestas tropicais já foi documentada em grande escala por diversos estudos relacionados à ecologia histórica e a etnobiologia, destacando o fator humano na relação homem-natureza, no que ficou amplamente conhecido como “florestas culturais” ou “florestas antropogênicas” (BALÉE, 1989, 2008;

2013; POSEY, 1986; MORÁN, 1990; CLEMENT et al, 2015; FAUSTO; NEVES, 2018).

No caso dos povos originários da Amazônia, as pesquisas têm demonstrado que suas práticas agroecológicas eram marcadas pela diversificação, com presença de numerosos cultivares. O processo de modificação da natureza, exercida pelos povos indígenas ao longo de, pelo menos 12 mil anos, propõe que se considere a Amazônia como um patrimônio biocultural, não somente natural (NEVES, 2022). Esse patrimônio, se refere a diversidade biológica, de territórios e paisagens que se relacionam com os diversos povos que viveram na região em toda história. Estes povos “detêm um enorme legado de saber consolidado em suas práticas tradicionais de viver de forma sustentável em sua condição ecológica” (PORTO-GONÇALVES; LEFF, 2021, p. 443).

Apesar dos inúmeros conflitos históricos vivenciados por essas populações contra a apropriação privada ou estatal dos recursos naturais e de seus territórios, ainda hoje destaca-se o papel fundamental dos povos indígenas para conservação da floresta (GARNETT et al., 2018; DOBLAS; OVIEDO, 2021). De acordo com informações do Mapbiomas¹²⁹, as TIs ocupam 13,9% do território nacional, somando 115,3 milhões de hectares de vegetação nativa, o que corresponde a 20,4% da vegetação nativa no Brasil em 2021. Essas informações evidenciam que dentre as categorias fundiárias, as TIs estão entre as áreas mais protegidas, já que nos últimos 30 anos, estas perderam apenas 0,9% de sua área de vegetação nativa, o que equivale a 1,2% de toda a perda de vegetação nativa nos últimos 30 anos. Conforme conclui o pesquisador do MapBiomas:

“Os dados de satélite não deixam dúvidas que são os indígenas que estão retardando a destruição da floresta amazônica. Sem seus territórios, a floresta certamente estaria muito mais perto de seu ponto de in-

129 Projeto MapBiomas “Fatos sobre o papel das terras indígenas na proteção das florestas”, Série Anual de Mapas de Uso e Cobertura da Terra do Brasil, acessado em 13 out. 2023 através do link: <https://brasil.mapbiomas.org/2023/05/03/documento-sobre-terras-indigenas-no-brasil-e-atualizado/>.

flexão a partir do qual ela deixa de prestar os serviços ambientais dos quais nossa agricultura, nossas indústrias e cidades dependem”.

Evidente então, o papel que as TIs fazem frente à expansão da fronteira agrícola, da plantation (TSING, 2019) e de outros modelos de desenvolvimento econômico predatório que visam acentuar a degradação ambiental e agravar as desigualdades com a pilhagem dos territórios indígenas. No nível global, diversas pesquisas têm demonstrado que as Terras Indígenas são elemento fundamental como barreira ao desmatamento, garantindo o cumprimento das metas do Acordo de Paris, além de assegurar as ações de mitigação das mudanças climáticas e contribuir para o equilíbrio climático regional (NEPSTAD et al., 2006; SOARES-FILHO et al., 2010; DOURADO et al, 2016; ALEJO et al, 2021; ALVES-PINTO et al, 2022).

Diante da blindagem e da dificuldade de julgamento e responsabilização de Bolsonaro pelos crimes cometidos no país¹³⁰, organizações indígenas e da sociedade civil, recorreram a cortes internacionais denunciando por 6 vezes¹³¹ o então presidente ao Tribunal Penal Internacional (TPI) - Tribunal de Haia. Outro fórum internacional acionado foi o Tribunal Permanente dos Povos, que em setembro de 2022 condenou o ex-presidente por crimes contra a humanidade devido a gestão do governo federal na pandemia de Covid-19¹³².

A ação anti-indígena que foi levada a cabo pelo executivo em conluio com a bancada ruralista, impulsionou o STF a examinar a tese do Marco Temporal, segundo a qual os povos indígenas só teriam direitos sobre os territórios que

130 A blindagem foi promovida pelo Procurador Geral da República (PGR) Augusto Aras que foi colocado por Bolsonaro em 2019. Além do presidente da Câmara dos Deputados Arthur Lira (PL-AL) que se negou a encaminhar um dos 153 pedidos de impeachment contra o ex-presidente da república e ainda se esmerou para pautar no parlamento a agenda do executivo.

131 Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/10/12/bolsonaro-e-denunciado-pela-6-vez-no-tribunal-penal-internacional-relembre-todas-as-acusacoes>, acesso em 10 ago. 2022.

132 Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/tribunal-internacional-condena-bolsonaro-por-crimes-contra-humanidade>, acesso em 10 ago. 2022.

ocupavam em 5 de outubro de 1988, desconsiderando tudo que foi subtraído deles à força em favor das frentes de expansão do agronegócio¹³³. O reconhecimento dessa tese irá aprofundar as ameaças aos territórios indígenas, transformando o Brasil em um país que deliberadamente nega o direito à vida a essa população, já que, sem possibilidades de acesso aos seus territórios, os povos indígenas não podem exercer suas culturas milenares.

As populações originárias são especialistas em resistir, ou r-existir, pois conseguiram se ressignificar e seguir na luta por muitos séculos desde a ocupação e o início do projeto colonial. Segundo Porto-Gonçalves (2017), essas populações têm r-existido ao avanço do grupo que se prevalece do poder econômico e político para impor seu modo de existência voraz em consumo de energia, água, solo e subsolo que tantos impactos têm causado aos territórios e em escala ampliada, ao metabolismo de reprodução da vida no planeta.

Nesse processo, os conflitos territoriais se destacam no campo da ecologia política, pois são “não apenas o embate entre as partes interessadas na apropriação da terra e dos recursos naturais, mas, ainda, o confronto de modos alternativos de produção da vida e da existência humana: padrões de construção do espaço, formas de habitar o território e modos sustentáveis de ser-no-mundo” (LEFF, 2021, p. 229). Krenak (2019, p. 41) refletindo sobre a história do Brasil e o passado/presente colonial, avalia que o país continua a ser incapaz de acolher os seus habitantes originais e está:

Sempre recorrendo a práticas desumanas para promover mudanças em formas de vida que essas populações conseguiram manter por muito tempo, mesmo sob o ataque feroz das forças coloniais, que até hoje sobrevivem na mentalidade cotidiana de muitos brasileiros -, é a ideia de que os índios deveriam estar contribuindo para o sucesso de um projeto de exaustão da natureza.

133 Informações o Marco Temporal disponíveis em: <https://apiboficial.org/2021/06/29/entenda-porque-o-caso-de-repercussao-geral-no-stf-pode-definir-o-futuro-das-terras-indigenas/>, acesso em 11 ago. 22.

Frente ao cenário de emergência, algumas iniciativas do movimento indígena ganharam destaque, como a ascensão de lideranças jovens e a ampliação de participação de mulheres indígenas, que estão ocupando as redes sociais e espaços de decisão no novo governo eleito em 2022¹³⁴, trazendo a perspectiva desses povos para o debate público nesses espaços. Na estratégia de articulação dos povos indígenas ocorreu a 18ª edição do Acampamento Terra Livre (ATL), com o tema: “Retomando o Brasil: Demarcar Territórios e Aldear a Política”¹³⁵. O acampamento discutiu o momento do movimento indígena no país e as eleições que se aproximavam, denunciando o ataque que esses povos vinham atravessando, buscando sensibilizar e mobilizar a opinião pública nacional e internacional.

De forma objetiva, a perspectiva de “aldear a política” consiste em ocupar o espaço político institucional, com mais representantes indígenas se lançando à disputa eleitoral, como estratégia de enfrentamento (no campo democrático) dos representantes dos “territórios de vida” (LEFF, 2021) contra o avanço das estratégias capitalistas de desterritorialização, como enfatizou Sonia Guajajara, ex-coordenadora da APIB¹³⁶:

Essa batalha vem com muita força para destituir, de vez, a bancada ruralista, os representantes do garimpo, da mineração e da indústria madeireira. Já mostramos que estamos preparados. Não lutamos somente em defesa dos nossos direitos, da biodiversidade, não lutamos apenas para proteger a Mãe-Terra. Nós somos os verdadeiros guardi-

134 A partir da vitória do presidente Lula (PT) das eleições de 2022, muitas mudanças estão sendo efetivadas na orientação e na gestão das políticas federais para o meio ambiente, dos povos indígenas e comunidades tradicionais. A primeira foi a criação do Ministério dos Povos Indígenas comandado pela deputada federal e ex-coordenadora da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Sônia Guajajara (PSOL). Além da re-estruturação da FUNAI sob o comando a primeira presidente indígena, a ex-deputada federal Joênia Wapichana (REDE-RR), inclusive com a mudança do nome para Fundação Nacional dos Povos Indígenas.

135 O ATL ocorre desde 2004, no mês de abril, como espaço de articulação e mobilização dos povos originários do Brasil. Em 2022 o acampamento realizado em Brasília reuniu 8 mil participantes, de mais de 200 povos indígenas, se tornando o maior acampamento indígena do mundo. No documento final, os indígenas apresentaram “Pontos para uma plataforma indígena de reconstrução do Brasil”, com ações reunidas em 5 eixos que tratam: dos direitos territoriais indígenas – demarcação e proteção aos territórios indígenas; retomada dos espaços de participação e controle social indígenas; reconstrução de políticas e instituições indigenistas; interrupção da agenda anti-indígena no congresso federal e finalmente, a agenda ambiental. Maiores informações disponíveis em: https://apiboficial.org/files/2022/06/ATL2022_REVISTA_v3.2.pdf. Acesso em 17 ago. 2022.

136 Ibid., p. 40.

ões da democracia desse país. Lutamos por um país onde tenha igualdade, por um Congresso Nacional com a cara da diversidade do Brasil. Não podemos mais permitir que [os parlamentares] fiquem aprovando todos os dias medidas anti-indígenas, contra os direitos humanos.

No pleito de 2022, resultados positivos para a r-existência indígena aconteceram no legislativo federal, com a eleição de lideranças indígenas que formaram a “bancada do cocar”, com 5 parlamentares: Sônia Guajajara (SP) e Célia Xakriabá (MG), ambas do PSOL. Além delas, foram eleitos também Silvia Waiãpi (PL-AP), Paulo Guedes (PT-MG) e Juliana Cardoso (PT-SP). Contudo, apesar dos novos rumos no executivo federal e a ampliação da participação dos povos indígenas, resta saber se existirá correlação de forças no campo político institucional para aprovar questões estruturais para o país e esses povos, com uma grande bancada federal de setores conservadores e reacionários da sociedade.

De forma sintética Leff (2021, p. 53) aponta que “O que está em jogo é, nem mais nem menos, o direito à vida e aos destinos da vida” e essa situação é evidenciada pelas manifestações das populações subalternizadas (povos indígenas, camponeses e afrodescendentes) que estão acontecendo nesses últimos anos em toda América Latina. Para Porto-Gonçalves; Leff (2021, p.468) esses movimentos sociais emergentes contribuem para posicionar a autonomia cultural e a diversidade no cerne do debate da ecologia política, uma vez que abrem “outros horizontes de significado para a história humana, a partir de seu imaginário social para sustentabilidade”. Os autores complementam ainda que:

Os princípios desses direitos culturais e ambientais emergentes abrangem uma ética política que envolve uma crítica das tendências atuais de desenvolvimento, dominação política e exploração da natureza. É uma reivindicação dos direitos de existência, de construir seu mundo de vida sustentável com base em suas visões de mundo e suas formas de cognição, seu modo cultural de habitar o planeta e seu próprio território, estabelecendo novas relações com a natureza e com outros seres humanos: um equilíbrio espiritual e material com o cosmos, seu ambiente ecológico e suas relações sociais.

Assim, com o claro limite oferecido pelas condições materiais para a nossa existência no planeta, é urgente escutar o apelo das comunidades indígenas para conservação da floresta e que o estado Brasileiro possa garantir que esses povos tenham o direito ao usufruto de territórios saudáveis, com soberania alimentar, para animar os xapiri (espíritos xamânicos) evitando sua ira e a “queda do céu”, como reflete o xamã Davi Kopenawa:

Ao contrário dos brancos, não é a floresta e sua terra que comemos. Nós nos alimentamos de sua caça, seus peixes, dos frutos de suas árvores, do mel de suas abelhas, das plantas de suas roças. É desse modo que saciamos a fome de nossas mulheres e crianças (...) Não é desmatando e queimando a mata que se pode ficar de barriga cheia. Assim só se atrai Ohinari, o espírito da fome, e os seres canibais das epidemias. Se maltratarmos a floresta, ela se tornará nossa inimiga. Os antigos brancos já destruíram grande parte dela (...) Agora seus filhos e netos deveriam finalmente escutar as palavras claras de Omama¹³⁷, que criou a floresta e os xapiri para defendê-la. A proteção da natureza, como dizem os brancos, são os habitantes da floresta, aqueles que, desde o primeiro tempo, vivem abrigados por suas árvores. O pensamento dos garimpeiros e fazendeiros, em compensação, é o de seres maléficos. Eles nos chamam de ignorantes o tempo todo, mas, ao contrário do que pensam, nós com certeza somos menos ignorantes do que eles. Temos amizade pela floresta, pois sabemos que os espíritos xapiri são seus donos. Os brancos só sabem maltratá-la e depredá-la. Destroem tudo, a terra, as árvores, os morros e os rios, até deixarem o solo nu e ardente, até ficarem eles próprios sem ter o que comer. Nós nunca morreremos de fome na floresta. Só morreremos da fumaça de suas epidemias (KOPENAWA; ALBERT; 2015).

Bolsonaro, inspirado pelo ex-presidente Donald Trump e o episódio de invasão do Capitólio, aliado também a sua já conhecida predileção pelo golpe, passou os 4 anos de seu mandato exortando seus seguidores “patriotas” à ruptura democrática. Porém, alguns movimentos do presidente, como a reunião com embaixadores realizada em julho de 2022 para criticar as urnas eletrônicas e o sistema eleitoral brasileiro, geraram reações contrárias que podem complicar seu futuro político. Bolsonaro perdeu a eleição para presidente da república em 2022,

137Demiurgo yanomami.

porém o Bolsonarismo segue vivo no país, como demonstrou a massiva votação que ele recebeu para presidente da república e dos inúmeros correligionários eleitos nos governos e parlamentos. De forma a exemplificar esse contexto de crise da democracia no país, tivemos ainda os atos terroristas que ocorreram na invasão da praça dos 3 poderes em Brasília, no dia 08 de janeiro de 2023¹³⁸.

Finalmente, para além do que propõe a visão tacanha e perigosa do Bolsonarismo e de seus agentes colonialistas, é preciso que repensemos urgentemente - dada a emergência climática associada à crise civilizatória - a nossa relação (“humanidade”) com a natureza, como algo mais profundo, para além dos humanos inclusive. E que o Estado nacional reconheça essas outras territorialidades e valorize os povos indígenas e o conhecimento tradicional como chaves que possibilitem acesso a outros mundos, outras experiências e aprendizados que não só a relação cartesiana e utilitarista que privilegia o fator econômico, hipervalorizado na perspectiva neoliberal. Na linha do que sugere Zaffaroni (2017 p. 107): “a deterioração planetária só pode ser detida mediante uma forte reformulação civilizatória, que vá além do capitalismo”. Nessa perspectiva emerge um conceito que foi trabalhado por comunidades indígenas e intelectuais latino-americanos, como o “Bem-viver”, ou “Bem-conviver”, o qual está impregnado de experiências de vida e resistência, propondo a harmonia com a natureza e entre indivíduos e comunidades. Nas palavras de Acosta (2016, p. 82), o Bem viver:

Deve ser considerado parte de uma longa busca de alternativas de vida forjadas no calor das lutas populares, particularmente dos povos e nacionalidades indígenas. São ideias surgidas de grupos tradicionalmente marginalizados, excluídos, explorados e até mesmo dizimados. São propostas invisibilizadas por muito tempo, que agora convidam a romper radicalmente com conceitos assumidos como indiscutíveis.

138 Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/bolsonaristas-extremistas-manifestacao-brasilia>, acessado em 13 out. 2023.

Considerações finais

O argumento desenvolvido ao longo do texto buscou evidenciar o cenário complexo e desafiador que se passou e persiste no Brasil, sobretudo para as populações que foram eleitas como inimigas do projeto neocolonial do ex-presidente Bolsonaro. O artigo foi estruturado de modo a fazer uma espécie de anamnese, buscando contextualizar alguns dos caminhos que nos trouxeram até o presente contexto e refletindo sobre características deste momento na história política nacional e os impactos aos povos originários e demais populações tradicionais. Mas, com certeza muita coisa ficou de fora¹³⁹, devido ao grande volume de ataques, grosserias, desmonte e impropérios que todos os dias foram propalados pelos então ocupantes do Palácio do Planalto.

Felizmente, o governo Bolsonaro não conseguiu avançar totalmente com sua agenda de entrega do país, com todas as reformas neoliberais e o processo de desestatização proclamado. Contudo, conseguiu emplacar a reforma da previdência, a privatização da Eletrobras, além de algumas refinarias da Petrobras.

Não é só com armas que a máquina de guerra da necropolítica de Bolsonaro atuou, também ela ocorreu no campo simbólico, na omissão, no desmonte, na desregulamentação e incentivo a atividades predatórias. Essas foram outras formas de atuação indireta fomentadas pelo discurso e prática do mandatário da nação, visando à eliminação dos “indesejáveis” e minorias. Exemplos dessas práticas ou omissões, que não foram aprofundadas neste artigo, mas que possuem relação, mesmo que indireta com o tema da necropolítica do governo, ocorrem também com relação à política de segurança pública: “Bandido bom é bandido morto”, sem falar nos amplos indícios da ligação do ex-presidente e família com a milícia no estado do Rio de Janeiro.

¹³⁹ O foco do trabalho foi a Amazônia, porém, outras regiões do país enfrentam conflitos graves e históricos, como a situação dos indígenas no Mato Grosso do Sul, entre outros estados do território nacional. Mais informações disponíveis em: <https://cimi.org.br/2022/08/relatorioviolencia2021/>. Acesso em 28 ago. 2022.

É sabido que as correntes filosóficas e políticas moldam de forma mais geral o direcionamento de sociedades, assim como está acontecendo com essa guinada conservadora que conquistou corações e mentes dos seres humanos que: ou já tinham essa tendência, ou estão desesperançosos com as formas da política ao redor do planeta, demonstrando o que os teóricos estão apontando como a “crise da democracia liberal nos marcos do capitalismo neoliberal”. Contudo, para escrever esse trabalho, além de analisar as ações/omissões do governo, foi realizada uma imersão no universo de Jair Bolsonaro, sendo auxiliado por um excelente material da revista Piauí¹⁴⁰.

Dessa experiência foi possível perceber algumas características do universo de representações criadas pelo homem, ex-militar e político Jair Bolsonaro, como por exemplo, a passagem de Carlos Lamarca¹⁴¹ no Vale do Ribeira em Eldorado (SP), a identificação com os militares e o ódio à esquerda, no contexto da guerra fria e à luta contra o comunismo. Essa região do estado de São Paulo também conta com grande parte de seu território com florestas (mata atlântica) e comunidades tradicionais como os povos indígenas e quilombolas, que segundo Bolsonaro atrapalham o desenvolvimento da região por estarem sob grandes estoques de grafeno e nióbio (uma espécie de fixação do ex-presidente). Daí o pensamento etnocêntrico e a identificação com o colonizador, o garimpeiro¹⁴² (que hoje não é só mais aquele empresário de si), conquistador como herói e os indígenas/quilombolas como vagabundos, numa espécie de vínculo e inspiração com a figura do xerife nos filmes sobre o velho oeste de Hollywood. A visão linear e binária (mocinho x bandido; homem x mulher; trabalhador x vagabundo)

140 Maiores informações, no *podcast* Retrato Narrado: <https://piaui.folha.uol.com.br/radio-piaui/retrato-narrado/>.

141 O ex-capitão do exército brasileiro e guerrilheiro da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) passou pela cidade quando fugia de um cerco do exército durante o regime militar. Bolsonaro era adolescente e deu várias versões ao longo de sua vida sobre esse fato que marcou sua história.

142 O próprio pai do ex-presidente, Percy Bolsonaro e ele foram garimpeiros em Serra Pelada-PA, mais informações: <https://theintercept.com/2018/11/05/passado-garimpeiro-bolsonaro/>, acessado em 27 fev. 21.

é dominante no juízo do ex-presidente e de grande parte de seus fanáticos apoiadores. A figura de “mito”, construída sob sua imagem, extrapola os campos da realidade objetiva e projeta para o campo do abstrato, sob o imaginário da figura do “bom militar” que acolhe de forma enérgica e heroica uma população acuada e com medo desse mundo real e plural que os desafia.

Bibliografia

ACOSTA, Alberto. Extrativismo e neoextrativismo – duas faces da mesma maldição. In: DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. (Org.). *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. Traduzido por Igor Ojeda. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p. 46-85.

_____, Alberto. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Autonomia. Literária, Elefante, 2016. 272 p.

AGAMBEN, Giorgio. *O reino e a glória*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____, Giorgio. “Deus não morreu. Ele tornou-se dinheiro”. Trad. port. Selvino Assmann. IHU, agosto de 2012. Acessível em <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/512966-giorgio-agamben>.

ALEJO, Camilo, et al. Are indigenous territories effective natural climate solutions? A neotropical analysis using matching methods and geographic discontinuity designs. *PLoS One*. 2021 Jul 12;16(7):e0245110. doi: 10.1371/journal.pone.0245110. PMID: 34252100; PMCID: PMC8274867.

ALVARENGA, Rodrigo; JUNIOR, Elston Américo. Da biopolítica à necropolítica contra os povos indígenas durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). *Revista de Ciências Sociais Unisinos*, v. 55, n. 2 (2019). Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2019.55.2.07, acessado em 25 fev. 21.

ALVES-PINTO, Helena. N., et al. (2022). The role of different governance regimes in reducing native vegetation conversion and promoting regrowth in the Brazilian Amazon. *BIOLOGICAL CONSERVATION* <https://doi.org/10.1016/j.biocon.2022.109473>.

AMARAL, M. (2020). Montagens doentes e perversas: a informação no governo Bolsonaro durante a pandemia do coronavírus. *Mediaciones Sociales*, 19, e70289. <https://doi.org/10.5209/meso.70289>

ANDRADE, Daniel Pereira. Neoliberalismo e guerra ao inimigo interno: da Nova República à virada autoritária no Brasil. *Caderno CRH* [online]. 2021, v. 34 [Acessado 5 Junho 2022], e021021. Disponível em: <<https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.44901>>. Epub 10 Dez 2021. ISSN 1983-8239. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.44901>.

APIB, Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. 2020. Nossa luta é pela vida. Covid-19 e Povos indígenas. Comitê Nacional pela Vida e Memória Indígena. Disponível em: https://emergenciaindigena.apiboficial.org/files/2020/12/APIB_nossalutaepelavida_v7PT.pdf, acessado em 10 jan 2021.

_____, Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. Nota técnica sobre o PL 490/2007. 2021. Disponível em: <https://apiboficial.org/files/2021/06/NOTA-DA-APIB-PL-490.pdf>. Acessado em: 23 jun. 2022.

APIB, Articulação dos Povos Indígenas do Brasil; AMAZON WATCH. Cumplência na Destruição IV: como mineradoras e investidores internacionais con-

tribuem para a violação dos direitos indígenas e ameaçam o futuro da Amazônia, 2022. Disponível em: https://apiboficial.org/files/2022/03/Relatorio_Cumplicidade_na_destruicao_IV.pdf. Acessado em 06 jul 2022.

AZEVEDO, Jose Sergio Gabrielli de. O governo Bolsonaro: movimento em pinça de várias divisões (63-82). In: Brasil: incertezas e submissão. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019. 440 p.

BALÉE, William. Sobre a indigeneidade das paisagens. Revista de Arqueologia, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 9–23, 2008. DOI: 10.24885/sab.v21i2.248. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/248>. Acesso em: 07 ago. 2022.

_____, William. Cultural forests of the Amazon: ahistorical ecology of people and their landscapes. 2013, 268 p. Tuscaloosa, AL: The University of Alabama Press.

BARRETTO FILHO, Henyo. Trindade. (2020). Bolsonaro, Meio Ambiente, Povos e Terras Indígenas e de Comunidades Tradicionais: Uma visada a partir da Amazônia. Cadernos De Campo (São Paulo - 1991), 29(2). <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v29i2pe178663>.

BARBOSA, Aline Miranda; PORTO-GONCALVES, Carlos Walter. Reflexões sobre a atual questão agrária brasileira: descolonizando o pensamento. CES Contexto, v. 5, p. 12-27, 2014.

BRITO, Brenda. Nota Técnica sobre o Projeto de Lei n.º 510/2021. Belém: Imazon, 2021. 10 p. Disponível em: https://imazon.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Nota_Tecnica_PL510_Imazon.pdf. Acesso em: 20 jun. 2022.

BRONZ, Deborah., ZHOURI, Andréa., CASTRO, Edna. Apresentação: Passando a boiada: violação de direitos, desregulação e desmanche ambiental no Brasil. *Antropolítica – Revista Contemporânea de Antropologia*, n. 49, pp. 08-41, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.22409/antropolitica2020.i49.a44533>>. Acesso em 27 fev 2022.

CALIL, Gilberto Grassi. A negação da pandemia: reflexões sobre a estratégia bolsonarista. *Serviço Social & Sociedade [online]*. 2021, n. 140 [Acessado 4 Junho 2022] , pp. 30-47. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.236>>. Epub 22 Fev 2021. ISSN 2317-6318. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.236>.

CAPONI, Sandra. (2020). Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. *Estudos Avançados*, 34(99), 209-223. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.013>.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Um tratado de paz entre o agronegócio e os direitos indígenas. In: POMPEIA, Caio. *Formação política do agronegócio*. São Paulo: Elefante, 2021, 388p.

CASANOVA, Pablo Gonzalez (2006), “O colonialismo interno”, in Atilio Borón (org.), *Marxismo hoy*. Buenos Aires: Ed. Clacso.

CEPEDISA/FSP/USP, CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS DE DIREITO SANITÁRIO DA FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO; CONECTAS DIREITOS. *Direitos na Pandemia: Mapeamento e Análise das Normas Jurídicas de Resposta à Covid-19 no Brasil*, São Paulo, boletim 10, 20 jan. 2021. Disponível em: https://www.conectas.org/wp-content/uploads/2021/03/Boletim_Direitos-na-Pandemia_ed_10.pdf. Acesso em: 27 jul. 2022.

CESAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Florianópolis: Livraria Livros e Livros, 2020. 79 p.

CESARINO, Letícia. Pós-verdade e a crise do sistema de peritos: uma explicação cibernética. *Ilha Revista de Antropologia*, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 73–96, 2021. DOI: 10.5007/2175-8034.2021.e75630. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/75630>. Acesso em: 6 mar. 2024.

_____, Letícia. Identidade e representação no bolsonarismo. *Corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal*. (2019). *Revista De Antropologia*, 62(3), 530 - 557. <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2019.165232>.

CIDH/ONU, Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Organização das Nações Unidas, 2021. Disponível em: <http://www.oas.org/pt/cidh/relatorios/pdfs/Brasil2021-pt.pdf>. Acesso em: 20 jul. 22.

Conselho Indigenista Missionário [CIMI]. Relatório: violência contra os povos indígenas no Brasil – Dados de 2022. Brasília: CIMI, 2023. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2023/07/relatorio-violencia-povos-indigenas-2022-cimi.pdf>. Acesso: 13 out. 2023.

_____. Nota técnica: Análise do PL 490/2007 e seus apensos. 2021. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2021/05/nota-tecnica-pl-490-assessoria-juridica-cimi.pdf>. Acesso em 23 jun. 2022.

CLEMENT, C.R.; DENEVAN, W. M., HECKENBERGER, M. J.; JUNQUEIRA, A.B.; NEVES, E.G.; TEIXEIRA, W.G.; WOODS, W.I. 2015. The domesti-

cation of Amazonia before European conquest. Proc. R. Soc. B 282: 20150813.
<http://dx.doi.org/10.1098/rspb.2015.0813>.

CPT, Comissão Pastoral da Terra. CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT. Conflitos no Campo – Brasil, 2021; CPT Nacional, 2022. Disponível em:
<https://www.cptnacional.org.br/downlods?task=download.send&id=14271&catid=41&m=>. Acesso em 21 jul. 22.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo. Ed. Boitempo, 2015.

DILGER, Gerhard; PEREIRA FILHO, Jorge. Apresentação à edição brasileira - Ousar pensar "fora da caixa". In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (orgs.) Descolonizar o Imaginário - Debates sobre pós-extrativismo e desenvolvimento. Fundação Rosa Luxemburgo. Editora Elefante, São Paulo, p. 12-23, 2018.

DOBLAS, Juan; OVIEDO, Antonio. Efetividade dos territórios tradicionalmente ocupados na manutenção da cobertura vegetal natural no Brasil. In: CUNHA, Manuela Carneiro da; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; ADAMS, Cristina (org.). Seção 5 - Os territórios indígenas e tradicionais protegem a biodiversidade? São Paulo: SBPC, p. 14-56. 2021.

DOURADO, Martha Fellows, et al. A Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas: Uma Questão Climática (230-254). *Brasiliانا– Journal for Brazilian Studies*. Vol. 5, n.1 (Nov, 2016).

ESCOLHAS, INSTITUTO. A nova corrida do ouro na Amazônia: Onde garimpeiros, instituições financeiras e falta de controle se encontram e avançam sobre a floresta. Textos para discussão 04. 2020. Disponível em: https://www.escolhas.org/wp-content/uploads/2020/05/TD_04_GARIMPO_A-NOVA-CORRIDA-DO-OURO-NA-AMAZONIA_maio_2020.pdf. Acesso em 06 jul. 2022.

FRIEDRICH, Karen; et al. Abrasco, ABA (org.). Dossiê: Contra o Pacote do Veneno e em Defesa da Vida!: Sumário executivo. Rio de Janeiro: Abrasco, 2021. 16 p. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2021/04/SUMARIO-DOSSIE2.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2022.

GARNETT, S.T., Burgess, N.D., Fa, J.E. et al. A spatial overview of the global importance of Indigenous lands for conservation. *Nat Sustain* 1, 369–374 (2018). <https://doi.org/10.1038/s41893-018-0100-6>.

GÓMEZ, Ginneth Pulido; CORREA, Jessica Aparecida; ALVES, Priscila Viana. «A resistência feminista e a luta pela vida na pandemia», *Geografares* [Online], 32 | 2021. Disponível em: <http://journals.openedition.org/geografares/1913>. Acesso em 28 ago. 22.

GUDYNAS, Eduardo. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. Contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual” (In: Jürgen Schuldt et al., *Extractivismo, política y sociedad*. Quito: Centro Andino de Acción Popular e Centro Latino Americano de Ecología Social, 2009).

HAN, Byung-Chul. *A sociedade do cansaço*. Trad. port. Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Ed. Vozes, 2016 (acessível em: <https://pt.scribd.com/document/335078710/Byung-Chul-Han-Sociedade-do-Cansaco-pdf>).

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

HUTUKARA, Associação Yanomami; WANASSEDUUME YE'KWANA, Associação. Yanomami sob ataque - garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami e propostas para combatê-lo. 2022. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/yanomami-sob-ataque-garimpo-ilegal-na-terra-indigena-yanomami-e-propostas-para>. Acesso em 15 jul. 22.

INESC, Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2023. Depois do desmonte: Balanço do Orçamento Geral da União 2022. Disponível em: <https://www.inesc.org.br/depoisdodesmonte/>. Acesso em 13 out. de 2023.

_____, 2022. A conta do desmonte: Balanço do Orçamento Geral da União 2021. Disponível em: <https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2022/04/BalancoOrçamento2021-Inesc-1.pdf>. Acesso em 31 maio 22.

IPAM, Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, 2022. Amazônia em chamadas: O novo e alarmante patamar do desmatamento na Amazônia. Nota técnica nº9. Disponível em: <https://ipam.org.br/bibliotecas/amazonia-em-chamas-9-o-novo-e-alarmante-patamar-do-desmatamento-na-amazonia/>, acesso em 20 jul 22.

KAYSER, Erick. Bolsonaro e a necropolítica. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/589963-bolsonaro-e-a-necropolitica-artigo-de-erick-kayser>. Acessado em 25 fev. 21.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. 2015. A queda do céu: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras. 729 p.

KRENAK, Ailton. 2019. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 85p.

LASCHEFSKI, Klemens Augustinus; ZHOURI, Andréa. Povos indígenas, comunidades

tradicionais e meio ambiente: a “questão territorial” e o novo desenvolvimentismo no Brasil. Revista Terra Livre, São Paulo, v. 1, n. 52, p. 278-322, 2019.

LEFF, Enrique. Ecologia política: da desconstrução do capital à territorialização da vida. Campinas-SP: Unicamp, 2021. 504 p. Tradução: Jorge Calvimontes.

MACHADO, Jorge; MISKOLCI, Richard. DAS JORNADAS DE JUNHO À CRUZADA MORAL: O PAPEL DAS REDES SOCIAIS NA POLARIZAÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA. Sociol. Antropol., Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 945-970, Dec. 2019 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-38752019000300945&lng=en&nrm=iso>. Access on 25 Feb. 2021. Epub Dec 20, 2019. <https://doi.org/10.1590/2238-38752019v9310>.

MAGALHÃES, Célia Maria. A Análise Crítica do Discurso enquanto Teoria e Método de Estudo. In: MAGALHÃES, Célia Maria. Reflexões sobre a análise crítica do discurso. Belo Horizonte: Fale-Ufmg, 2001. Cap. 1. p. 15-30. (Estudos linguísticos: volume 2).

MANZOLLI, Bruno. et al, 2021. Legalidade da Produção de Ouro no Brasil. Belo Horizonte: Editora IGC/UFMG. Disponível em: http://www.lagesa.org/wp-content/uploads/documents/Manzolli_Rajao_21_Ilegalidade%20cadeia%20do%20Ouro.pdf. Acesso em 15 jul. 22.

MBEMBE, Achile. Necropolítica. Ed. N-1, 2018. 80 p.

MERCURI, Karen Tank. Linchamento virtual e política: um estudo do discurso de ódio em mídias sociais. 2023. 1 recurso online (239p.) Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/14850>. Acesso em: 6 mar. 2024.

MIGNOLO, Walter. Historias locales/diseños globales. Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo, Madrid: Akal, 2003.

NEPSTAD, Daniel C.; et al. 2006. Inhibition of Amazon Deforestation and Fire by Parks and Indigenous Lands. *Conservation Biology*, 20: 65-73. <https://doi.org/10.1111/j.1523-1739.2006.00351.x>.

NEVES, Eduardo Góes. Sob os tempos do equinócio: oito mil anos de história na Amazônia central. São Paulo: Ubu, 2022. 224 p.

NOBRE, Marcos. Ponto Final: a guerra de bolsonaro contra a democracia. São Paulo: Todavia, 2020. 80 p. (Ensaio sobre a pandemia).

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. Nunca mais outra vez: 4 anos de desmonte ambiental sob Jair Bolsonaro. Brasília: 2023. Disponível em: <https://www.oc.eco.br/nunca-mais-outra-vez-4-anos-de-desmonte-ambiental-sob-jair-bolsonaro/>. Acesso em: 13 out. de 2023.

_____. A conta chegou: o terceiro ano de destruição ambiental sob Jair Bolsonaro. Brasília: 2022a. Disponível em: <https://www.oc.e->

co.br/wp-content/uploads/2022/02/A-conta-chegou-HD.pdf. Acesso em: 05/06/2022.

_____. Pacote da destruição: o que dizem os Projetos de lei em pauta. Brasília: 2022b. Disponível em: <https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2022/03/Combo-da-morte.pdf>. Acesso em: 05/06/2022.

OVIEDO, Antonio; BATISTA, Juliana de Paula; SANTOS, Tiago Moreira dos. DEMARCAÇÕES: preconceito e desinformação impedem demarcações de terras indígenas. In: FANY PANTALEONI RICARDO (São Paulo). Instituto Socioambiental (ed.). Povos Indígenas no Brasil: 2017-2022. 2. ed. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2023. p. 118-120. (Povos Indígenas no Brasil). Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/publicacoes-isa/povos-indigenas-no-brasil-2017-2022-2a-ed>. Acesso em: 04 mar. 2024.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A ecologia política na América Latina: reapropriação social da natureza e reinvenção dos territórios. Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 16-50, jul. 2012. ISSN 1807-1384. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2012v9n1p16/23002>>. doi: <https://doi.org/10.5007/1807-1384.2012v9n1p16>. Acesso em: 02 jun. 22.

_____, Carlos Walter. Amazônia: encruzilhada civilizatória, tensões territoriais em curso. Rio de Janeiro: Consequência, 2017

_____, Carlos Walter. «Escassez, economia e meio ambiente: o desserviço de Paulo Guedes», Espaço e Economia [Online], 18 | 2020, consul-

tado em 06 junho 2022. URL: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/11669>; DOI: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.11669>.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter et al. Expropriação, Violência e R-existência: uma geografia dos conflitos por terra no Brasil (2021). In: CPT, Comissão Pastoral da Terra. CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT. Conflitos no Campo – Brasil, 2021: CPT Nacional – Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downloads?task=download.send&id=14271&catid=41&m=>. Acesso em 21 jul. 22.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; LEFF, Enrique. Ecologia Política na América Latina: Reapropriação social da natureza, reinvenção de territórios e construção de uma racionalidade ambiental. In: LEFF, Enrique. Ecologia política: da desconstrução do capital à territorialização da vida. Campinas-SP: Unicamp, 2021. 504 p. Tradução: Jorge Calvimontes.

POSEY, Darrel. Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados (Kayapó). In: RIBEIRO, B. (Org.). Suma etnológica brasileira. Edição atualizada do Handbook of South Americans Indians. Petrópolis: Vozes, 1986.

QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. Revista de Estudos Avançados, v.19, n.55, 2005.

RAJÃO, Raoni; SCHMITT, Jair; NUNES, Felipe; SOARES-FILHO, Britaldo. 2021. Dicotomia da impunidade do desmatamento ilegal. Belo Horizonte: Centro de Sensoriamento Remoto/UFMG. Disponível em: https://csr.ufmg.br/csr/wp-content/uploads/2021/06/Rajao_Schmitt-et-al_Julgamentos-IBAMA_final.pdf. Acesso em 20 ago. 22.

RAMOS, Adriana. A Amazônia sob Bolsonaro. *Aisthesis*, Santiago, n. 70, p. 287-310, 2021.

RESENDE, Viviane de Melo. Análise de discurso crítica: reflexões teóricas e epistemológicas quase excessivas de uma analista obstinada. In: RESENDE, Viviane de Melo; REGIS, Jacqueline Fiuza da Silva. *Outras perspectivas em análise de discurso crítica*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017. 233 p (11-52 p.).

ROSÁRIO, Luana. A Necropolítica Genocida de Bolsonaro em tempos de Pandemia e o Projeto Ultra-Neoliberal. *Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade*, [S.L.], p. 28-49, 18 dez. 2020. Universidade Federal do Maranhão. <http://dx.doi.org/10.18764/2447-6498.v6n2p28-49>. Disponível em: <https://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/ricultsociedade/article/view/15815>. Acesso em: 02 jun. 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra, Almedina, 2020.

SCANTIMBURGO, André. ECONOMIA REPRIMARIZADA E DESMONTE DO REGIME REGULATÓRIO AMBIENTAL NO GOVERNO BOLSONARO. *Mundo e Desenvolvimento: Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais*, São Paulo, v. 5, n. 7, p. 67-79, 16 abr. 2022. Semestral. Disponível em: https://ieei.unesp.br/index.php/IEEI_MundoeDesenvolvimento/article/view/108. Acesso em: 05 jun. 2022.

SEGATO, Rita. Patriarcado: Del borde al centro. Disciplinamiento, territorialidad y crueldad en la fase apocalíptica del capital. Disponível em: <https://feministresearchonviolence.org/wp-content/uploads/2018/02/PATRIARCADO-del-borde-al-centro.pdf>. Acesso em 15 jan 21.

SILVA, I. M. O governo Bolsonaro, a crise política e as narrativas sobre a pandemia. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica*, v. 5, n. 16, p. 1478-1488, 29 dez. 2020.

SIQUEIRA-GAY, Juliana; SÁNCHEZ, Luis E. The outbreak of illegal gold mining in the Brazilian Amazon boosts deforestation. *Reg Environ Change* 21, 28 (2021). <https://doi.org/10.1007/s10113-021-01761-7>.

SIQUEIRA-GAY, Juliana; SOARES-FILHO, Britaldo; SÁNCHEZ, Luis E.; OVIEDO, Antonio; SONTER, Laura J. Proposed Legislation to Mine Brazil's Indigenous Lands Will Threaten Amazon Forests and Their Valuable Ecosystem Services. *One Earth*, Volume 3, Issue 3, 2020. p. 356-362, <https://doi.org/10.1016/j.oneear.2020.08.008>.

SOARES-FILHO, B.; MOUTINHO, P.; NEPSTAD, D.; ANDERSON, A.; RODRIGUES, H.; GARCIA, R.; DIETZSCH, L.; MERRY, F.; BOWMAN, M.; HISSA, L.; SILVESTRINI, R.; MRATTI, C. Role of Brazilian Amazon protected areas in climate change mitigation. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, v. 107, n. 24, p. 10821-10826, 2010.

SVAMPA, Maristella. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais: um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas? In: DILGER G. et al. *Descolonizar o Imaginário*. São Paulo: Elefante, 2016

TAFFAREL, Celi Nelza Zülke; NEVES, Márcia Luzia Cardoso. Tendências da Educação frente à Correlação de Forças na Luta de Classes: Uma Análise do Governo Bolsonaro na Perspectiva Educacional. Estudos IAT, Salvador, v.4, n.2, p. 310-329, set., 2019. Disponível em: <http://estudiosiat.sec.ba.gov.br>, acessado em 17 out. 2019.

TSING, Anna. Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no antropoceno. Thiago Mota
Cardoso, Rafael Victorino Devos. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

VEGA, Claudia M. et al. Human Mercury Exposure in Yanomami Indigenous Villages from the Brazilian Amazon. International Journal of Environmental Research and Public Health, v. 15, n. 6, p. 1-13, 2018. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/27618>. Acesso em 05 jul. 22.

WAISBICH, Laura Trajber et al., 2022. O ecossistema do crime ambiental na Amazônia: uma análise das economias ilícitas da floresta. Artigo estratégico 54. Instituto Igarapé. Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2022/02/AE-54-O-ecossistema-do-crime-ambiental-na-Amazonia.pdf>. Acesso em: 24 jul. 22.

WARDLE, C; DERAKHSHAN, H. Information Disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making. Council of Europe report, p. 16-20, 2017.

WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi; MARCHT, Laura Mallmann; DE MELLO, Letícia. Necropolítica: racismo e políticas de morte no Brasil contemporâneo / Necropolitics: racism and death politics in contemporary Brazil. Revista de Direito da Cidade, [S.l.], v. 12, n. 2, p. 1053-1083, jun. 2020. ISSN 2317-7721. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/49790>>. Acesso em: 25 fev. 2021. doi:<https://doi.org/10.12957/rdc.2020.49790>.

ZAFFARONI, E.R. A pachamama e o ser humano. Florianópolis: Editora da UFSC, 2017.